

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 010/011

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaúcho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Beraldin e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 021/2001, do senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido

pelo deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre “pagamento pela aquisição de unidades hospitalares”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 12/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, relativa à Avaliação Social do Benefício de Prestação Continuada. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, comunicar à Mesa Executiva desta Casa de Leis, que a Bancada da Oposição reunida no dia de ontem, elegeu por unanimidade, o deputado Waldyr Pugliesi, líder desta bancada, com mandato até 31 de agosto do corrente ano.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, comunicar à Vossa Excelência que faço parte da Bancada do Partido Liberal - PL, com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ANTONIO BARATTER.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é informar a Vossa Senhoria, que a partir desta data o novo Líder do Partido Trabalhista Brasileiro na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a ser o deputado Algaci Tulio.

Certo de sua especial atenção, reiteramos nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente.

Os deputados que subscrevem este requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, propõem à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo faleci-

mento do governador Mário Covas, ocorrido nesta data em São Paulo.

REQUEREM ainda que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento ao governador de São Paulo e à família do ilustre estadista desaparecido.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO, DURVAL AMARAL, MOYSÉS LEÔNIDAS, SÉRGIO SPADA, ORLANDO PESSUTI, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TONY GARCIA, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CARLOS MARTINS, BRAZ PALMA, EDSON PRACZYK e NEREU MOURA.

JUSTIFICATIVA:

Mário Covas, desaparecido aos 70 anos após prolongado período de enfermidade, foi dos homens públicos mais representativos do atual ciclo histórico brasileiro. Participante da Assembléia Nacional Constituinte, prefeito da cidade de São Paulo e governador reeleito do Estado de São Paulo, Covas lutou pela redemocratização na década de 80 e se destacou pela coerência na defesa de seus valores políticos.

No exercício da função pública, Mário Covas possuía qualidades de grandeza, dignidade e competência. Dotado de espírito forte, era autêntico nas suas manifestações mas isto, paradoxalmente, fez crescer seu conceito na opinião pública; aliado às qualidades de tribuno vigoroso e de talento, que defendia com firmeza as causas que abraçava, mesmo revestidas de polêmica.

Mas foi no governo do Estado de São Paulo que Mário Covas se consagrou: saneou as finanças estaduais com determinação e coragem, conseguindo recuperar a administração comprometida por sucessivas gestões deficitárias e transmitir ao sucessor um Estado com as finanças equilibradas e a capacidade de investimento recuperada.

Com a morte de Covas o Brasil perde um símbolo, mas ganha a História um exemplo de retidão e coragem moral. Que o legado do político paulista sirva de exemplo às novas gerações.

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro, nos Anais desta Casa do falecimento da senhoria Florinda Volpi.

Que da decisão, se dê ciência aos seus familiares: Danilo Volpi - rua Acelino Grande, 1001 - 82320-390 - Curitiba - PR. João Volpi - rua Acelino Grande, 985 - 82320-390 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI.

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do governador de São Paulo doutor Mário Covas, ocorrido dia 06 de março corrente, no Instituto do Coração em São Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do governador de São Paulo, doutor Mário Covas, ocorreu às 05:30 horas do dia 06 de março no Instituto do Coração, em decorrência de falência múltipla dos órgãos.

Vítima de câncer diagnosticado anteriormente na região da bexiga em 1998.

Mário Covas deixou viúva dona Lila, deixou ainda os filhos Mário Covas Neto e Renata.

O falecimento de Mário Covas, veio abrir enorme lacuna, não somente no seio da família, mas de toda a sociedade brasileira.

O governador Mário Covas nasceu em Santos no ano de 1930. Com sua maneira de ser ora dócil, ora ranzinza e temperamental, surpreendia com atitudes inesperadas.

Com os ternos meio largos, sempre com uma “capanga” embaixo do braço, enquanto a outra mão invariavelmente segurava um cigarro, Mário Covas percorria os corredores do Congresso tendo sempre atrás um pelotão de jornalistas ávidos de declarações.

Corriam os anos de 1986/87/88 e o País via nascer uma nova Constituição, através da Assembléia Nacional Constituinte. Covas era a estrela, porque se transformara em líder do PMDB derrubando o “esquema” montado pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, e outros caciques do partido que pretendiam ter como líder da oposição um deputado mais cordato, no caso, o catarinense Luiz Henrique.

Covas parecia alterar o humor num vai e vem como a frequência de um surdo de bateria de escola de samba. Esse comportamento ajudou a qualificá-lo como um ranzinza, indócil, temperamental. Ledo engano.

Lá vem aqueles chatos, vociferava ao perceber os repórteres a persegui-lo.

Quando os jornalistas chegavam virava um doce. Beijinhos rápidos na face das donzelas, palavras mansas para todos os rapazes recém-saídos da faculdade, atendia a todos, mas sabia que para conduzir a opinião pública tinha que conversar com os veteranos do Congresso.

Covas foi candidato à presidência da República em 1989, numa campanha paupérrima, onde os jornalistas nunca descobriram que o único computador do seu comitê, em Brasília, tinha os cabos escondidos atrás de cortinas, desligado de qualquer tomada. Mas os assessores da campanha anunciavam: “Esse computador está em linha direta com São Paulo”, ao contrário da campanha de Collor, que tinha na época como coordenador

em todo o país, o atual chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Alcení Guerra, e informatizara todos os comitês espalhados pelo País. As externas de seu programa de TV, por exemplo, eram gravadas no fundo de quintal de uma casa de um empresário paranaense, no Lago Sul, em Brasília. Não havia dinheiro para transportar as equipes de TV pelos comícios no País. Enquanto isso, a tucanada chorava com as pesquisas e com os “não” aos pedidos de grana feitos a empresários embevecidos pelo “fenômeno” Collor.

Covas tentou empinar seu bico várias vezes. Numa quando tentou alçar vôo, inventaram Silvio Santos e ele despencou nas pesquisas. Noutra, inventaram um discurso onde ele renegava sua postura de esquerda em relação à economia, com o apoio da Rede Globo, e também deu chabu. Foi o quarto colocado naquelas eleições.

Não se queixou. Voltou ao Senado e se preparou para vencer as eleições para governar São Paulo. E quando todos imaginavam que era a hora e a vez de Covas finalmente chegar com seu estilo ético e íntegro ao Palácio do Planalto, em 2001, inventaram para ele um câncer devastador. Que nem ele, nem o País, mereciam.

A TRAJETÓRIA DE UM DEMOCRATA

Mário Covas já havia determinado o fim de sua carreira política seria em 2002. Mas os planos do governador foram atropelados por uma doença devastadora e sua carreira foi interrompido ainda em janeiro de 2001, quando precisou se afastar do cargo para tratar-se. A doença fez Covas enfraquecer, mas não conseguiu destruir o que, talvez, tenha sido a sua maior arma: a capacidade de luta. O governador lutou o quanto pôde contra a doença, lutou pela democracia, lutou pelas diretas já.

Covas sempre se interessou por política. ainda tinha catorze anos quando surpreendeu seu pai ao dizer que gostaria de realizar dois sonhos: ser prefeito da sua cidade e presidente do Santos Futebol Clube. Em relação ao futebol, seu pai, um fanático torcedor santista, não se mostrou preocupado, mas em relação à política, mostrou-se preocupado. Não adiantou os temores do pai. Covas iniciou sua vida política, em 1956, ao assumir a diretoria de serviços públicos de Santos. “Sabe, meu chapa, é disso que eu gosto”, disse Covas confessando o seu amor pela política a um amigo.

A partir de 1986, a trajetória política dele começou a caminhar junto com os problemas de saúde.

Desde essa época ele vinha superando barreiras, como dois infartos; cirurgia para implante de uma ponte mamária e duas de safena;

uma operação para retirada da vesícula biliar, vários casos de erisipela (infecção na pele) e, nos últimos tempos, a batalha contra o câncer.

Não se pode falar de Covas, sem falar na importância de dona Lila. Era ela quem escolhia a roupa de Covas, seus sapatos, e ele ainda passava por uma vistoria da mul-

her antes de sair de casa. Era dependente da esposa, neste aspecto, e sabia disto. Mario Covas tinha três filhos, com dona Lila: Silvia, morta em 1975, Mário Covas Neto e Renata.

1956-69 - Mário Covas inicia sua carreira política como diretor de serviços públicos e Secretário de Obras da Prefeitura de Santos (SP).

1963 - Deputado Federal pelo PST, SP. Em 1964, a derrubada do governo Goulart e a instalação do primeiro governo revolucionário, logo o encaminharam para a oposição, onde se revelaria como um dos raros expoentes de uma safra política pobre.

1966 - Já no MDB, foi reeleito com mais de 72 mil votos, sendo levado à liderança do partido na Câmara Federal. Foi o segundo mais votado da bancada paulista.

1967/71 - Deputado Federal pelo MDB, SP. Em 68, o então líder do MDB na Câmara Federal comandou a rejeição do pedido de licença feito pelo governo Costa e Silva para que fosse processado o deputado Márcio Moreira Alves, autor de um discurso considerado ofensivo pelas Forças Armadas.

1969 - Cassado pelo AI-5, quando exercia a função de deputado federal, teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

1979 - Cumpridos os dez anos de sua punição, Covas volta à política com a Emenda Constitucional número 11, que suspendeu a proibição perpétua para que cassados retornassem à política. Ele tenta recomeçar pelo comando do MDB paulista, apoiado em respeitáveis aliados, como o senador Franco Montoro e seu suplente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

1983/87 - Deputado Federal pelo PMDB. No mesmo ano, retorna pela terceira vez à Câmara dos Deputados com mais de 300 mil votos. Assume a Secretaria de Estado dos Transportes de São Paulo. É eleito prefeito de São Paulo.

1986 - Concorreu ao Senado e venceu a disputa com Fernando Henrique Cardoso. Covas teve 7.785.667 votos contra 6.223.995 de Fernando Henrique. Os dois foram eleitos senadores por São Paulo. Aos 56 anos sofre o primeiro enfarte agudo. Na época afirmou que tinha sofrido “um acidente de percurso”.

1987 - Fortes dores no peito e mal-estar o levaram de volta ao Incor, onde passou por um exame de radiografia do sistema circulatório. Ele passou por uma cirurgia em que foram implantadas duas pontes de safena e uma mamária. Era a época da Constituinte, e Covas, então senador, confiava na aprovação do Parlamentarismo no País e na realização de eleições no ano seguinte (1988) para presidente da república e Covas desaprovou seu afastamento de Brasília.

1988 - Insatisfeito com a política do PMDB, Covas funda o PSDB junto com Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Moreira Franco, entre outros.

1989 - Mário Covas tenta vôos mais altos e se lança candidato à presidência da república, ficando em

quarto lugar, atrás de Fernando Collor de Melo, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

1990 - Uma nova derrota, desta vez para o governo do Estado de São Paulo. Covas ficou em terceiro lugar na disputa, vencida por Luiz Antônio Fleury Filho.

1993 - Nova internação e cirurgia para retirar a vesícula biliar.

1994 - Eleito governador de São Paulo. Ao assumir o cargo, prometeu fazer uma revolução no Estado, apesar das dificuldades financeiras, e reafirmou a disposição de governar com autoridade e transparência, além de restaurar as finanças. Voltou ao Incor por duas vezes, acometido por erisipela na perna direita. Em 1997, teve que se afastar do Palácio dos Bandeirantes por causa de bolhas no rosto.

1998 - Reeleito governador de São Paulo e sofre mais uma nova cirurgia no Incor para corrigir uma hiperplasia benigna (crescimento) da próstata. Exames mostraram o câncer na bexiga. “Eu não estou tão mal quanto pintam”, declarava o governador. Na cirurgia foram retiradas a bexiga, próstata e vesículas seminais.

2000 - Com fortes dores no intestino, Covas passou por cirurgia para corrigir uma fissura na região do reto. Em meio a tantos problemas, ele revelou que pretendia encarar a carreira política em 2002, ao fim de seu segundo mandato como governador de São Paulo. Em outubro, o câncer havia ressurgido na bexiga reconstituída. Em novembro, o tumor maligno entre a bexiga e o reto é retirado e ele passa por uma colostomia, o que o obrigou ao uso permanente de uma bolsa plástica colada à pele, na área do abdômen, para recolher o conteúdo intestinal. Em dezembro deixou o hospital, após 17 dias de internação.

2001 - Câncer na meninge é detectado. Ainda em janeiro, um quadro de meningite é detectado. Em fevereiro, Covas apresentou inchaço nas pernas e foi internado no Incor. O governador estava com infecção generalizada e obstrução intestinal, e o quadro clínico caminhava para a falência múltipla dos órgãos. “Estamos no final de uma luta que dura quase dois anos”, disse o urologista Sami Arap um dia antes da morte do governador.

Tombou mais um lutador.

A morte no seu perambular incessante não respeita nem fortes nem fracos.

Por isso, caiu um grande amigo, quando ainda no acesso da luta.

Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o bom combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça.

Foi um chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros.

Grande para nós foi a sua perda. O amigo e companheiro de todas as horas.

Quem, com suas qualidades de líder para o substituir?

Quem, com a sua experiência para guiar seus companheiros?

Permaneceremos, porém fiéis à sua memória e aos seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a bússola de nossa luta pelo bem-estar da nossa gente.

Foi-se o amigo das horas do sofrimento. Foi-se aquele que com tanto carinho e desvelo o assistia na hora angustiosa da dor.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmentida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Lá onde está, poderá ter a certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um companheiro.

Repousa com Deus, valente lutador.

Covas foi líder, colega, amigo de meu saudoso pai, na Câmara do Deputados.

Além de amigo, foi seu eleitor e cabo eleitoral quando de sua candidatura à presidência da República.

O destino privou seus familiares, amigos e companheiros de lutas, do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Mário.

Será grande o céu e a paz sobre Mário Covas, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Mário Covas para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É esta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Mário sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Covas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão

de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do artista plástico, Wilson de Andrade e Silva, ocorrido dia 28.02.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Perde o Paraná um de seus maiores expoentes nas artes plásticas - Wilson de Andrade e Silva - com 75 anos de idade. Era natural da cidade de São Paulo e, radicado no Paraná, desde 1960. Era cidadão honorário do Paraná e cidadão honorário da cidade de Curitiba.

Foi diretor do Departamento de Cultura do Estado do Paraná 1969 - 1971.

Também foi do Conselho Diretor da Fundepar - de 1971 - 1976. Um dos fundadores do Museu de Arte Contemporânea do Paraná e do Museu Alfredo Andersen.

As obras de Wilson de Andrade e Silva fazem parte em diversos acervos do Paraná, do Museu de Arte de Santa Catarina, do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro; participou em salões, exposições individuais, exposições semi-individuais e exposições coletivas, tendo recebido vários prêmios dos grandes salões oficiais.

Considerado pela crítica um dos maiores marinistas do País, Wilson de Andrade e Silva gostava de retratar telhados, trigais, jardins, a imponência da Serra do Mar e outras paisagens tipicamente paranaenses, sempre em óleo sobre tela.

O passamento de Wilson de Andrade e Silva veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Wilson.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Wilson de Andrade e Silva e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Wilson de Andrade e Silva, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Wilson sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se

abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Andrade e Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência a consignação em ata desta sessão plenária dos nossos votos de profundo pesar à família, colegas e amigos do senhor Eduardo Gomes, que faleceu no último dia 1º de março, vítima de ataque cardíaco.

Diretor-superintendente da Companhia de Cimentos Itambé o senhor Eduardo Gomes esteve, desde sua inauguração em 1970, junto com seu pai, trabalhando naquela que é, sem dúvida, uma das principais empresas paranaenses em seu ramo de atividade. Seguindo uma moderna tendência empresarial, esteve nos últimos tempos com sua atenção voltada ao desenvolvimento de atividades sociais: construção de creches, escolas e outras benfeitorias para os seus empregados e familiares. Ainda jovem, 55 anos, deixa a todos a sensação de perda. Não é sempre que nos deparamos com uma pessoa com a qualidade moral e intelectual como o senhor Eduardo Gomes.

Solicito a notificação de seus familiares (Rua João Luiz Costa, nº 86, Jardim Social, Curitiba), bem como de seus colegas, através do presidente da companhia, senhor Rubens Slavieiro (BR-277, Km zero, nº 125, Curitiba).

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região, doutora Adriana Nucci Paes Cruz, pelo recebimento de homenagem da Associação Comercial do Paraná e do Conselho da Mulher Executiva, com a premiação do troféu "Mulher Simplesmente Mulher", feita em ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2001.

Registre-se ainda o trabalho destacado da presidência da doutora Adriana frente ao Tribunal do Trabalho, merecendo nosso respeito e apreço no dia Internacional da Mulher.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a doutora Adriana Nucci Paes Cruz, no seguinte endereço: Tribunal Regional do Trabalho 9ª

Região - Rua Vicente Machado, 400 - CEP 80.420-010 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Academia Policial Militar do Guatupê, pela passagem do 30º aniversário daquela Casa de Ensino, nesta data, 08 de março de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Coronel QOPM Milton Harry Brone-mann, com votos extensivos aos integrantes daquela academia. Endereço para correspondência: Academia Policial Militar do Guatupê - BR-277 - Km 72 - São José dos Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Vossa Excelência a consignação em Ata de nossos votos de congratulações ao jornal Tribuna do Norte pelos 10 anos de ininterrupta circulação, na pessoa do seu diretor, jornalista Baltazar Eustáquio de Oliveira.

Apesar de pouco tempo de circulação, a Tribuna do Norte se destaca entre os órgãos de imprensa pela sua imparcialidade, apartidarismo e prestação de serviços, principalmente através dos seus cadernos de classifica-dos, turismo, negócios e outros.

Solicito a especial gentileza em notificar o jornal Tribuna do Norte, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 07.03.2000.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Vossa Excelência a consignação em Ata de nossos votos de congratulações ao jornal Diário Popular, na pessoa de seu diretor-presidente Abdo Aref Kudri, pelo seu 38º ano de circulação.

Destacamos a contribuição do matutino à qualidade da imprensa paranaense, principalmente a sua tradicional edição dos "Melhores do Ano", na qual home-nageia as personalidades de destaque do nosso Estado.

Solicito a especial gentileza em notificar o interes-sado, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 07.03.2000.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba, pela passagem de seus 456 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor Antonio Felício Ramos Filho, prefeito municipal; ao vice-prefeito, senhor Ivori José Dias, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa popu-lação de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Guaraqueçaba estará comemorando festivamente a passa-gem de seus 456 anos de emancipação política.

Cumprimentamos toda a comunidade, principal-mente aqueles que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém seg-urança para um futuro melhor.

Queremos também, nesta oportunidade, prestar nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que deram o melhor de seus esforços em prol da grandeza do município.

Guaraqueçaba, atualmente administrada pelo prefeito Antonio Felício, temos certeza que irá desen-volver uma profícua gestão em prol do progresso cada vez mais acentuado do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, congratula-se com toda a população de Guaraqueçaba na significativa data da comemoração de seus 456 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atri-buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato Rural de Campo Largo, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Campo Largo empossou sua nova diretoria para o triênio 2001/2004, que ficou assim composta:

Presidente: Silvestre Karachenski

Demais cargos: Ignácio Kmieck, Agostinho Spak, José Ukasinski, Miguel Spak, Angelo Cosmo, Antonio Guido Tucolki, Antonio Pienta, Pedro Kmieck, Aleixo Nalepa, Vivaldo Spak, Roque Marcondes Leal, Hugo Ruthes, Pedro Penkal.

Pela posse e com desejos de muito sucesso na empreitada que ora se inicia, receba o Sindicato Rural de

Campo Largo (Rua Osvaldo Cruz, 363 - Campo Largo - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à PUC/PR, pela comemoração de 34 anos do jornal Voz do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Voz do Paraná, uma publicação semanal da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR está completando 34 anos de circulação ininterrupta e aproveita a ocasião para mudar de linha editorial neste mês. Deverá se transformar num grande veículo cultural, com proposta editorial moderna, sob o patrocínio da PUC-PR, visando ao público universitário. Este é o desejo do reitor da PUC irmão Clemente Ivo Juliato. Vai ter agora circulação nacional, publicação quinzenal.

De jornal nascido em 1956, para fazer apologia do catolicismo na Arquidiocese de Curitiba, e então sob a direção dos padres Claretianos (da Igreja Coração de Maria e do Studium Theologicum), Voz do Paraná, passou por diversos momentos. O mais marcantes deles foi aquele compreendido entre os anos de 1972 a 1983, quando foi editado por um grupo de leigos católicos liderados pelo médico Roaldo Koehler. Do grupo faziam parte Euro Brandão, ex-ministro da Educação e ex-reitor da PUC-PR, que morreu ano passado, os médicos João Átila Rocha e José Maria Munhoz da Rocha também falecidos; o empresário Marcos Baggio, entre outros.

No seu período de maior inserção na comunidade de 1973 a 83, chegou a ter uma tiragem considerada excepcional para época: 20 mil exemplares eram vendidos dominicalmente nas paróquias.

Marcou-se no governo Médici por conseguir fugir à censura imposta pelos órgãos de informação. Foi o único jornal do Paraná, por exemplo, a contar os bastidores da cassação do governador Haroldo Leon Peres, que deveria ser noticiada - mandava a PF - "de forma sumária".

No período de melhor repercussão jornalística na comunidade, deixando de ser um periódico de sacristia, Voz do Paraná, abrigou, de 1973 a 1983 nomes como Luiz Geraldo Mazza, Milton Ivan Heller, Celso Ferreira do Nascimento (secretário de redação), Maí Nascimento Mendonça, Ruth Bolognese, Eurico Schwinden, Dante Mendonça, Jubal Sérgio Dohms, Tereza Urban, Luiz Alberto Dietrich, Szyja Ber Lober, Jaime Lechinski, Rafael Greca de Macedo, Luiz Alberto Manfredini, José Benedito Trindade, Aroldo Murá Haygert (diretor de redação) Luiz Carlos Martins, entre outros.

Em sua nova fase o jornal terá o suporte de um conselho editorial escolhido a dedo pelo reitor da PUC, e o trabalho de uma equipe jovem, na parte operacional jornalística. O grande apoio virá da massa crítica universitária, dentro da PUC-PR.

Pela comemoração de seus gloriosos 34 anos de fundação, receba o jornal Voz do Paraná, através do Reitor da PUC-PR irmão Clemente Ivo Juliato, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Folha de Campo Largo, pela comemoração de seus 12 anos.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Folha de Campo Largo comemorou, em data de 23 de fevereiro, seus 12 anos de fundação. Como todo começo, o da Folha de Campo Largo não foi diferente: disposição para trabalhar e esperança. Esses ingredientes aliados ao espírito empreendedor de seu fundador e ao compromisso de fazer um jornal com a "cara de Campo Largo" (como ele mesmo define), fizeram deste veículo de comunicação o que ele é hoje: um jornal sério, respeitado, que busca retratar de forma clara e imparcial os fatos da cidade - seu cotidiano em toda a sua riqueza. Dos fatos policiais aos sociais, da coluna política aos anúncios de produtos e serviços, a Folha de Campo Largo retrata fielmente o município onde nasceu e vem, a cada dia, crescendo.

Prova disto é a tiragem do jornal que não é mais um semanário - desde o início do ano foi implantada a edição das terças-feiras, que, como sempre traz Campo Largo estampada em suas páginas. O jornal tornou-se referência para o povo da cidade - nele se encontra de tudo: informações, serviços de utilidade pública, divulgação de eventos, páginas de divulgação oficial, além da concorrida página social e das cobiçadas páginas de lazer e cultura (incluindo beleza e culinária). E como não poderia deixar de ser, a Folha de Campo Largo também traz notícias de esportes, onde não só divulga, mas valoriza e incentiva o esporte do município e região.

A Folha de Campo Largo, ao longo destes 12 anos, enfrentou muitos desafios. Sempre com a cabeça erguida e fé no futuro, passou por todos os obstáculos, com a certeza de que o trabalho tem como recompensa o alcançar dos objetivos, que é o que temos assistido no desenrolar de sua caminhada.

O jornal hoje já está mais maduro que no seu início, mas é um jovem promissor - caminha convicto de seu objetivo, arraigado em uma filosofia de trabalho séria e competente, com o compromisso sempre fiel de levar ao leitor um jornal com a "cara de Campo Largo".

Pela comemoração de seus 12 anos de fundação, receba o jornal "Folha de Campo Largo (Rua Gonçalves Dias, 1127 - Campo Largo - PR), através de seu diretor geral Germano José de Oliveira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam os deputados estaduais atendidos pela parte da manhã pelos secretários de Estado e diretores de autarquias em regime de exceção (medida de economia) objetivando evitar o desencontro de horários e expedientes das sessões plenárias deste Poder Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O governo do Estado resolveu, através de ato administrativo, restringiu o atendimento ao público em parte da administração pública, Secretarias de Estado e autarquias, como medida de economia, ocorrendo, no entanto, com esta decisão, que o atendimento aos deputados deste Poder Legislativo, passou a ser prejudicado, em razão das sessões plenárias serem realizadas na parte da tarde, justamente no expediente que as referidas Secretaria e autarquias estão disponíveis para atendimento aos parlamentares. Com essa medida flagra-se evidente cerceamento nas tramitações dos interesses coletivos, especialmente no relacionamento do Poder Legislativo com o Executivo, obstaculizando as atribuições dos deputados estaduais.

Diante do exposto, justifica-se presente requerimento, no sentido de viabilizar uma forma para solucionar esse desencontro de horários, da disponibilidade de os deputados serem atendidos pela parte da manhã pelos secretários de Estado e autarquias em regime de exceção, urgindo que os responsáveis pelos referidos órgãos públicos passem a prestar atendimento excepcional aos parlamentares nesta Assembléia Legislativa, ou nos gabinetes dos órgão público, pela parte da manhã, evitando, assim o emperramento da máquina administrativa.

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao senhor governador do Estado, Jaime Lerner, no sentido de que seja dado apoio e incentivo especial aos produtores de mandioca e aos produtores de amido e derivados da mandioca, incluindo a farinha como item na composição das cestas básicas distribuídas através dos programas sociais do governo do Estado do Paraná, e ao senhor ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, e

ao senhor senador da República Osmar Dias, solicitando-lhes empenho para imediata retomada da compra de farinha de mandioca pelo governo federal para sua inclusão nas cestas básicas fornecidas à famílias carentes através do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), bem como a liberação de recursos em forma de Empréstimos do Governo Federal (EGF) aos produtores de mandioca.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em face de recentes medidas adotadas pelo governo federal, a cultura da mandioca e seus derivados estão à beira do colapso, colocando em risco, assim, importante setor da economia do Estado do Paraná.

A primeira destas medidas negativas foi a retirada da farinha de mandioca da cesta básica fornecida a famílias carentes através do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea). Apenas esta medida redundou em vertiginosa queda na cotação da tonelada da matéria prima, que era até então de R\$120,00 e hoje oscila entre R\$50,00 e R\$55,00, menos da metade do preço portanto. A gravidade da situação pode ser facilmente ilustrada citando o custo de produção, estimado pelos produtores em R\$65,00 a tonelada.

Esta medida do governo federal implicou, também, na queda do preço da farinha no atacado. Em janeiro de 2000, por exemplo, a saca de 50 quilos era comercializada por R\$25,00, ao passo que ultimamente gira em torno de R\$11,00 e R\$13,00. Mais uma vez verificamos cotações que quando muito atingem metade do valor praticado até antes da vigência do atual quadro e medidas governamentais.

Mesmo assim, garantem os produtores primários e os empresários da indústria de transformação, através de suas entidades e lideranças, não há compradores para o excedente e as indústrias do setor estão paradas e com reduzidas perspectivas de voltarem a operar.

O agravamento do quadro social já começou a ser sentido e tende a se aprofundar em curto prazo. Desde a implementação das medidas do governo federal hoje vigentes, o setor das empresas processadoras de mandioca da região de Paranaíba, a principal do Estado, já dispensou ao redor de 1.200 trabalhadores.

A importância do setor pode ser fácil e incontestavelmente sentida por outros números. A cultura ocupa nesta safra 207 mil hectares no Estado do Paraná - 17 mil hectares mais que no ano anterior - e a expectativa de produção é de 4,2 milhões de toneladas. A mandioca é a atividade de 65,1 mil pequenos e médios produtores, que geram 41 mil empregos diretos no campo.

Em termos econômicos, e tomando por base dados das entidades do setor, a mandioca representou, no ano-safra 1998/99, 2,6% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Paraná, gerando R\$286,5 milhões de um total de R\$10,8 bilhões. A persistir o atual quadro, teremos diminuição de área cultivada, queda na

produção e na produtividade, desemprego e agravamento da crise social no campo e nas pequenas e médias cidades do interior e queda na renda média familiar das famílias ligadas à cultura da mandioca, sem contar o desemprego na indústria processadora, que consome algo em torno de 60% da produção. Além disso, o VBP paranaense sofrerá redução e a cultura poderá, pelo menos em parte, desaparecer de algumas regiões do Estado, o que poderá implicar, pelo menos em médio prazo, na perda de mercado para outros Estados da Federação, que hoje compram cerca de 90% da produção paranaense.

Para que sua situação se reverta, são necessárias medidas urgentes nos planos federal e estadual. No plano federal o setor precisa que o governo federal retome as compras da farinha de mandioca para incluí-la nas cestas básicas do Prodea, além de liberar recursos em forma de EGF (Empréstimo do Governo Federal) como forma de socorro aos produtores, muitos dos quais correm risco de perder a propriedade, no todo ou parte, ou, numa hipótese generosa, simplesmente abandonar a cultura. O setor pensa também em solicitar ao governo federal a inclusão da farinha de mandioca na merenda escolar.

Já no plano estadual, o governo do Estado poderia incluir a farinha de mandioca na composição das cestas básicas distribuídas através dos programas sociais do Paraná. Seria, a nosso ver, uma forma justa de o governo e a sociedade como um todo retribuírem por tudo que o setor já representou e continua representando para a economia paranaense. O momento é de crise e se não adotarmos medidas emergenciais, lamentaremos em futuro próximo as consequências, que seguramente serão mais acentuadas.

Daí, as razões do presente.

REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, envio de expediente à SUDERHSA Superintendência Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, para que a mesma informe os valores totais de repasses de verbas destinadas a obras de recuperação do rio Cambuí, no município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), solicitando as informações elencadas abaixo sobre repasses efetuados ao FIA - Fundo para a Infância e Adolescência.

1 - Apresentação dos comprovantes dos recolhimentos feitos ao FIA - Fundo para a Infância e Adolescência, nos anos de 1999 e 2000, nos quais conste o número da agência bancária e da conta corrente onde foram efetuados os depósitos;

2 - Informações sobre a política utilizada pela Copel para o recolhimento de valores a título de "Incentivos Fiscais", em favor da criança e do adolescente, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

3 - Esclarecer por que a Copel não tem recolhido o limite máximo permitido pelo artigo 10 da Lei nº 8242/91 e complementado pelo Decreto nº 793/93, que estabelece a possibilidade de recolhimentos a título de Incentivos Fiscais limitados a 1% do imposto devido.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando a apuração de denúncia feita e documentada pelo vereador Claudivino Hillmann (em anexo) sobre uso de maquinário e pessoal do DER para execução de serviços em uma propriedade rural particular localizada no município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Confederação Brasileira de Futebol - CBF, solicitando que seja revista a distribuição de vagas ao Estado do Paraná na Copa do Brasil Edição 2001.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, ANTONIO CARLOS BELINATI, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANIBELLI, CARLOS SIMÕES, SERAFINA CARRILHO, ADEMAR TRAIANO, DIVANIR BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, NELSON TURECK, DUÍLIO GENARI, WALDYR PUGLIESI, CEZAR SILVESTRI, MARCOS ISFER, CAÍTO QUINTANA, CHICO NOROESTE, NEREU MOURA, HIDEKAZU TAKAYAMA, GERALDO CARTÁRIO, DURVAL AMARAL, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO BARATTER, RENATO GAÚCHO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MOYSÉS

LEÔNIDAS, VALDIR ROSSONI, MILTINHO
PUPIO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO E
CUSTÓDIO APARECIDO DA SILVA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme veiculado na imprensa do Estado do Paraná em data de hoje, o Paraná Clube não foi convidado para a edição 2001 da Copa do Brasil, cuja participação possibilita o direito de disputar a Copa Libertadores da América. A competição terá 64 participantes, obedecidos os seguintes critérios:

1º - Participam os campeões dos campeonatos regionais de 2.000, num total de vinte e cinco participantes;

2º - Outros quinze participantes são extraídos das 15 melhores colocações do Módulo Azul da Copa João Havelange do ano passado; e

3º - Os demais 24 participantes são convidados da CBF segundo critérios técnicos, ou, simplesmente de acordo com o desejo do presidente da entidade.

Embora o Paraná Clube não seja o campeão paranaense de 2000, fomos tomados de surpresa com a não inclusão do Clube na Copa do Brasil - Edição 2000, pelos outros critérios aludidos pela presidência da CBF.

A fórmula da Copa João Havelange, em módulos que se juntam na fase decisiva, oportunizando a que os integrantes dos módulos Amarelo, Verde e Branco, relativos à segunda e terceira divisões do futebol brasileiro respectivamente, se juntassem ao módulo Azul - primeira divisão, consagra aos participantes deste módulo, na fase final da Copa João Havelange, a condição de melhores classificados no módulo Azul, requisito este perfeitamente preenchido pelo Paraná Clube, oitavo colocado, de participar na Copa do Brasil deste ano.

Com relação aos critérios técnicos ou financeiros, ou mesmo o direito de convidar, a CBF, nosso espanto não é menor. Argumenta o presidente da CBF que o Malutron, co-irmão, vinha ocupando a liderança do campeonato paranaense este ano, tendo-a perdido recentemente, mas, ainda assim, conservando-se na vice-liderança do certame. Que não se entenda esta referência um demérito ao Malutron. Mas, o Paraná Clube, seis vezes campeão paranaense, uma vez vice-campeão e duas vezes campeão da Segunda Divisão do futebol brasileiro, uma no ano de 1992, quando derrotou o Vitória da Bahia no jogo final na Fonte Nova, e outra no ano passado, se considerarmos o Módulo Amarelo do ano passado como uma Segunda Divisão.

O nosso Estado, que conta - de ponta a ponta - com times de primeiríssima linha e tem na nossa Capital quatro grandes representantes do futebol paranaense (já que o Malutron vem despontando como uma grande força). Estamos lutando por mais uma vaga na Copa do Brasil, já que os times que já estão representando o Paraná são de elevado quilate. Queremos mais uma vaga - pleito justo se analisarmos os títulos e as condições do nosso Paraná Clube.

REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado pedido de informações à Secretaria de Estado da fazenda, solicitando uma relação completa dos Precatórios devidos pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, até o mês de setembro do ano 2.000.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, envio de Pedido de Informações à Secretaria Especial, Coordenadoria de Política do Esporte do Estado do Paraná, a respeito da realização dos II Jogos Mundiais da Natureza, solicitando os seguintes esclarecimentos:

01 - Qual o órgão oficial responsável pela realização dos II Jogos Mundiais da Natureza?

02 - Qual o custo para o governo do Estado, ou para a(s) empresa(s) contratada(s), com a realização da segunda edição deste evento?

03 - Qual a data escolhida por esta pasta para a realização da II edição dos Jogos Mundiais da Natureza?

04 - Se a organização dos Jogos estiver sob responsabilidade de empresa(s) particular(es), quais os critérios usados pelo governo do Estado para a(s) contratação(ões) da(s) mesma(s)?

Nestes termos deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) NERU MOURA

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do artigo de autoria de Paulo Ferreira Muniz, publicado no jornal Folha do Paraná de Londrina à página 3, sob o título: Por que Vender a Copel a Toque de Caixa?

Requer, outrossim, que da edição da Casa seja dada ciência ao senhor Paulo Ferreira Muniz, bem como à diretoria do jornal Folha do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O fórum de entidades paranaenses contra a privatização da nossa Companhia Paranaense de Energia (Copel) vai solicitar ao governo do Estado a realização de uma audiência pública, cujo objetivo é esclarecer à sociedade sobre o processo de venda da estatal de energia elétrica à iniciativa privada.

Uma das medidas que poderão ser tomadas no futuro próximo, está o questionamento jurídico da venda das ações da Copel. Para mobilizar a opinião pública o fórum de entidades pretende organizar um grande ato em Curitiba nos próximos dias. Audiências públicas idênticas já foram realizadas com bastante êxito em Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Solicitamos a transcrição nos anais da casa, o artigo “Por que vender a Copel a toque de caixa?” de autoria do industrial e presidente da Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná (Avipar) para que sirva de exemplo aos pósteros.

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, a inclusão do suplemento (exemplar anexo) do jornal Folha de São Paulo, edição de hoje, 07.03.2001, nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

O referido caderno especial traz uma homenagem ao governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), falecido ontem (06/03) vítima de câncer. As matérias ali inseridas contam a trajetória política e pessoal de Covas, que refletem sua inegável contribuição para o fortalecimento da democracia no País

Uma lição de vida para todos os políticos e cidadãos brasileiros!

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Súmula:

Altera o inciso I, do artigo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme estabelece.

Art. 1º - O inciso I, do artigo 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

I - ordinárias, de 1º de fevereiro a 15 de dezembro;”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O projeto em questão objetiva alterar o inciso I do artigo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, alterando o período destinado ao recesso dos parlamentares. Atualmente o legislativo estadual conta com três meses de recesso, e

com a presente proposta, pretende-se reduzir tal período para 45 (quarenta e cinco) dias, compreendendo o período de 15 de dezembro a 1º de fevereiro.

Há duas razões para a redução do recesso parlamentar. A primeira é de ordem material visando economia e aumento de produção. A segunda implica o fim de um privilégio. Na vida normal do País, os empregados têm um mês de férias, até mesmo a maioria das pessoas que exercem atividades autônomas conferem um mês anual de descanso.

Trata-se, portanto, de uma questão de funcionalidade. Os vários e distintos segmentos da sociedade, nele incluídos trabalhadores, profissionais liberais, estudantes, autarquias, etc, encontram-se historicamente habituados a tal intervalo de recesso. O País está programado para produzir durante onze meses e descansar por um mês.

Ora, se esta é a condição aplicada a todos os brasileiros, não há razão para que não atinja também seus representantes, detentores de mandato eletivo na Assembléia Legislativa. Não se justifica que deputados pagos com o dinheiro do contribuinte, tenham mais do que um mês de férias. Ainda assim gozariam de 15 dias a mais que os demais trabalhadores.

Cumprе salientar que a proposta de redução do recesso parlamentar, implicando um período ininterrupto de trabalho de 1º de fevereiro a 15 de dezembro, não parte da idéia de que a única função do parlamentar seja votar projetos ou que suas atividades estejam adstritas à Assembléia Legislativa. Acreditamos que, paralelas à tarefa de propor e votar projetos, outras funções cabem ao parlamentar, como representar, fiscalizar, opinar, salvaguardar o estado de direito as suas instituições democráticas, tarefas que por vezes não se limitam à presença nesta Casa.

Outrossim, destaca-se que atualmente tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição Federal apresentada pelo deputado José Genoíno, objetivando reduzir em um mês as férias dos parlamentares, magistrados e dos membros do Ministério Público. Na Câmara Municipal de Curitiba o vereador Natálio Stica (PT) também apresentou projeto de lei reduzindo o período de recesso dos vereadores para um mês.

Por tal razão, defendemos a redução do período de recesso de três meses para 45 dias, medida que certamente irá melhorar a imagem deste parlamento junto à opinião pública.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 34/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Escola de Dança de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Escola de Dança de Bela Vista do Paraíso, que tem por objetivo promover a prática do esporte de capoeira e a arte da dança, atividades que têm por filosofia a disciplina, autocontrole e educação física e mental, direcionada à comunidade de Bela Vista do Paraíso e região.

É uma associação sem fins lucrativos e visa, dentro de uma política filantrópica, metodológica e cultural, desenvolver junto aos seus associados uma melhor integração de seus associados à comunidade, assim como, dar-lhes assistência terapêutica através da música, esportes e lazer.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Subo a esta tribuna não por ser o ano, aliás, o mês dedicado à mulher negra, à mulher branca. A negra tem a cor de Aparecida, a padroeira do meu País; a branca tem a cor de Virgem Maria, a Mãe de Jesus Cristo e as duas têm a mesma cor do sangue que corre nas veias; as duas embalam berços e têm o direito de reger a humanidade.

Mas a mulher tem que ser reverenciada, não apenas no seu dia, mas em todos os dias, como em todos os dias é Natal, como todos os dias é um ano-novo na vida de cada ser humano.

Mas o que me doeu esta semana - na segunda-feira eu estava em São Paulo, fui gravar na Rede Record de Televisão um programa - ao chegar no aeroporto de Curitiba, me dirigindo para o meu residencial, parei e vi um movimento grande, e minha equipe de repórteres no local.

Pasmem, senhores deputados, deputada Luciana, vejo uma empresária com dois tiros na cabeça dentro de um carro, na Silva Jardim, deputada Luciana, que é o centro nervoso, a Silva jardim é o maior tráfego hoje de carros, e eu parei, deputada Luciana, e fui ver a jovem senhora, uma empresária, dona de locadora de vídeos. Os ladrões, os marginais, assassinos, operam agora nos semáforos, eles não querem pegar homens, querem pegar

meninas-moças, jovens, meninos-jovens, e senhores, e jovens como a senhora, deputada, querem pegar a mulher. Nesta avenida, deputada Luciana, a minha mulher já foi assaltada dez vezes - minto, oito vezes - e ela anda agora com um revólver, pequeno, não para atirar em ninguém, quando eles chegam ao vidro ela mostra o revólver, aí sai todo mundo correndo. Ela está cansada de ser humilhada nos sinaleiros da Silva Jardim. E quando vi a morte dessa jovem senhora e fiquei apavorado, deputado Nereu Moura, Vossa Excelência que sobe à tribuna como eu, faz pronunciamentos cobrando, exigindo soluções para a temática que é a segurança pública, eu sei que a Polícia não tem bola de cristal para adivinhar quem é que vai ser assassinado agora, quem vai ser assaltado hoje, qual o banco que vai ser assaltado, mas eu estou fazendo um apelo, há anos, para que volte a cavalaria montada para as ruas. Em vez de comprar motonetas, para o Policial andar, que é uma vergonha, vamos aplicar esse dinheiro em viaturas! Como é que pode uma motoneta perseguir um bandido com um carro de 200 cavalos? Não existe possibilidade, não existe! Isto é uma vergonha! Eu olho aquele policial naquela motonetazinha e fico pensando como é que ele se sente, ao ver um assassinato e não poder fazer nada? Pisando naquela motonetazinha e ela não pega, parece que está doente, tossindo, para correr atrás de um marginal que está com um carro com um motor de 200 cavalos!

O assassinato desta jovem senhora chocou a sociedade curitibana, não só a sociedade curitibana, nós não somos deputados aqui só de Curitiba, nós não somos deputados de coqueira, nós somos deputados do Paraná, e onde os senhores tiveram um voto os senhores têm que respeitar o voto desse município, nós somos deputados da família paranaense e dos filhos do Paraná!

Lamento profundamente, deixo aqui o meu protesto, em vez de troca de delegados, em vez de se comprar motonetas vamos fazer uma segurança mais ágil, vamos fazer uma segurança mais ampla! Vamos buscar mais recursos, nem que tenhamos que nos ajoelhar, vamos ajoelhar e trazer recursos para fazermos da nossa gloriosa Polícia Militar, da nossa Polícia Civil, da nossa Polícia Federal, da nossa Polícia Reservada, a P2, policiais competentes para que combatam realmente a criminalidade, não só no Estado do Paraná, mas em toda Nação brasileira.

Lamento profundamente, e esta Mesa diretiva, deputado Anibelli, que se preocupa com a segurança, deputado Hermas Brandão, deputado Beraldin, deputado Orlando Pessuti, todos os senhores deputados, lamento, em nome desse Parlamento.

Quantas mulheres são assassinadas? E se não bastasse, no bairro de Santa Felicidade foi encontrado, ontem, um jovem de 23 anos, com um pedaço de pau amarrado nas pernas, como de fosse um pau de arara.

Jogaram o jovem num riozinho. Segundo Instituto de Criminalística, existe um corte na cabeça, um menino trabalhador foi assassinado. Aí vêm as perguntas: dro-

gas? Não posso dizer. Vingança? Não posso dizer. Violência? Um crime sexual? Não sei. Eu sei que nenhuma polícia do mundo tem bola de cristal para adivinhar o que vai acontecer, mas nós temos que lutar para que o governo do Paraná faça do nosso Estado o Estado mais seguro da Nação brasileira.

Em homenagem às mulheres neste mês dedicado às mulheres, em nome das mães do meu Estado, em nome dos filhos do meu Estado, vamos pedir ao governo segurança à família paranaense e aos filhos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia de ontem a Assembléia debateu com certeza fato importante para nós do Poder Legislativo.

Eu, ontem, acabei tendo que me ausentar porque o ex-governador de Brasília estava na cidade de Curitiba, proferindo a aula inaugural da Universidade Federal do Paraná, o ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque, e durante o período da tarde a minha passagem pelo plenário foi rápida, não pude acompanhar o transcorrer de toda sessão.

Mas eu sei que ontem foi aprovado, por iniciativa de diversos deputados, a constituição de uma comissão especial para investigar as denúncias que foram feitas para o ex-secretário da Fazenda do município de Maringá.

Não sei se a liderança do nosso partido ontem, ou se os membros do PT, deixaram claro qual é o entendimento do Partido dos Trabalhadores sobre este episódio.

Achamos que o governo do Paraná passa por um momento terrível.

Nunca a ação administrativa através do governo do Estado esteve tão deteriorada como nos dias de hoje. O governador e o governo do Estado perderam completamente a capacidade de governar e perderam a possibilidade, a condição de analisar com sensatez qualquer episódio ou qualquer demanda da sociedade paranaense.

Eu assisti estarecido por um lado as declarações formuladas pelo Palácio Iguaçu, quando da notícia veiculada pela imprensa, que o ex-secretário da Fazenda, Paolichi, noticiou através de um depoimento de que recursos da prefeitura já apurados pelo Tribunal de Contas, somam um desvio de 54 milhões de reais, que esses recursos teriam sido canalizados para a campanha do governador Jaime Lerner, e também para pagar o custeio de um avião de campanha do senador Álvaro Dias. Além disso, o secretário e a sua secretária enumeraram participação de deputados federais, ex-deputados estaduais, vereadores da Câmara Municipal de Maringá, fizeram

ilacões sobre tráfico de influência no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, citando conselheiros e funcionários.

Mas fiquei estarecido com um episódio. Estas revelações por si só já são gravíssimas, para todos nós paranaenses.

Mas a declaração emanada do Palácio Iguaçu nas palavras do secretário de Comunicação, ex-deputado federal Rafael Greca de Macedo, chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, e pelo próprio governador Jaime Lerner me deixaram surpresos porque logo após essas revelações, o documento lido e as informações passadas para a imprensa, deram de que a responsabilidade de qualquer problema acontecido na administração financeira na cidade de Maringá, não dizia respeito ao Palácio Iguaçu, como se o governador Jaime Lerner estivesse dizendo o seguinte, aliás acho que disse isso claramente: os problemas não são problemas da nossa campanha para a reeleição de 98, eu não conheço o senhor Jaime Gianoto, eu não tenho nenhuma relação com ele, não tenho nenhuma relação com os secretário, nunca vi essa figura. Os problemas são na realidade da Oposição, porque o senhor Jairo Gianoto era filiado ao PSDB". Assim por diante.

Como se pudessem essas declarações esconder a realidade. De certa maneira o grupo do Palácio, do 3º andar, parece-me uma imagem que aconteceu algum tempo atrás, no território nacional, onde em Curitiba eu presenciei isso.

Cinquenta mil jovens já tinham saído às ruas, no Estado de São Paulo, manifestações em todo o Brasil e, um determinado presidente, mesmo com todas as denúncias e evidências, num apelo patético para a nação brasileira solicitou que num determinado dia, todo o povo brasileiro colocasse um lenço verde e amarelo, para demonstrar a solidariedade com a figura maior do presidente que estava injustamente sendo caluniado pelo povo brasileiro.

A resposta, nós sabemos qual foi. O povo no lugar de colocar um lenço verde e amarelo, nas janelas, nas portas, no para-brisas, nas antenas dos carros, colocaram uma tarja preta, demonstrando que o Brasil inteiro estava de luto.

O fato estarecedor é que o presidente, tão distante da realidade, com o sentimento tão profundo da impunidade de que estava acima do bem e do mal, não conseguia perceber o que acontecia na realidade.

As declarações do governador Jaime Lerner, do Alcení Guerra e do Rafael Greca demonstram o quanto o Palácio Iguaçu está distante dos problemas, porque a ação que o governo está tomando nesses últimos dias está trazendo malefícios para o Paraná, para a consolidação da democracia do nosso Estado.

Por isso, faço questão de deixar clara a posição do Partido dos Trabalhadores.

Nós temos duas CPIs, que estão protocoladas. Dois pedidos de CPIs conforme o Regimento determina com mais de dezoito (18) assinaturas. Estão protocolados numa lista de espera.

Vamos ser sinceros só estão na lista de espera, porque ainda esta ótica do Palácio Iguaçu de tentar esconder a verdade, orienta a Base de Apoio na Assembleia legislativa para colocar 5 (cinco) CPIs na frente, para que a CPI do Pedágio e a CPI dos Jogos da Natureza não possam ser instaladas e, que as irregularidades já evidentes para a população do Estado do Paraná, possam ser apuradas.

No entanto, nós temos um fato grave que pode acontecer nesses próximos dias, no Estado do Paraná.

O governo do Estado não tem recursos para pagar em dia, o abastecimento de água potável, para as sessões administrativas. Como não tem recursos para pagar o abastecimento de luz elétrica nas repartições públicas do Estado do Paraná, em dia. O Estado do Paraná não tem esse recurso, hoje. A falência do ponto de vista administrativo é notória.

Agora, aproxima-se um momento que governo pretende vender a maior patrimônio, do ponto de vista, do desenvolvimento econômico estratégico do Estado do Paraná, que é a Copel. O governo pretende ainda vender estes ativos.

Vamos ser sinceros, Ingo Hubert diz e o que o governo diz, não é verdade, o povo do Paraná hoje sabe que não é verdade.

Não vamos vender a Copel porque ela não tem condições de competir com qualquer empresa da iniciativa privada que vier a controlar o sistema de distribuição de energia elétrica no Brasil, ou nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Norte ou Centro-Oeste. Não é por isso.

Só vão vender a Copel, por uma única razão: “de fazer um negócio, como foi a lógica do governo”. Aí nós podemos entrar até numa lógica do povo de vista de achar que é problema ético, que é problema de má condção, mas não é só isso. Temos que entender que o grupo do Jaime Lerner só tem uma ótica do Estado. A ótica do Estado para fazer negócio. É como se o Estado fosse, na realidade, um alavancador de negócios. E entre ser um alavancador de negócios públicos ou ser alavancador de negócios privados para os amigos, é lógico que como está o nosso País desregrado, do ponto de vista da sua cultura democrática, do ponto de vista da transparência dos negócios públicos, é lógico que quem está na condução do poder pretende fazer o balcão de negócios entre seus amigos, entre a perspectiva privada para beneficiar os seus amigos nos negócios do Estado. E está redundando no que está redundando hoje.

O Estado do Paraná sem um projeto de educação. O Estado do Paraná sem um projeto de saúde pública. O Estado do Paraná sem um projeto na área da segurança. O Estado do Paraná abandonado na agricultura, não há nenhum programa para agricultura familiar, para os pequenos agricultores. Os entendidos, aqueles que vivem o momento e a realidade agrícola no interior do Estado sabem do que estamos falando. As prefeituras completamente abandonadas do ponto de vista do Estado ser o alavancador de infra-estrutura no interior do Estado. E o que

é pior, a projeção de receita e de despesas do Estado do Paraná para os próximos 5, 6 anos é a pior dos últimos 40 anos de existência no Estado do Paraná do ponto de vista da sua capacidade de arrecadação dos tributos.

O governo pretende vender a Copel não para trazer algo de bom para o Estado do Paraná, mas pretende vender para pagar salários, para cobrir rombos de custeios e para fazer negócios com seus empresários, aqueles que são chegados ao Palácio Iguaçu.

No entanto, criamos uma Comissão Especial que vai trazer o debate sobre os problemas da administração de Maringá. E vejam bem, não é pelo problema da administração de Maringá, por desvios de verbas da administração própria para beneficiar uma campanha eleitoral, seja de quem for. Porque, muitas vezes, aquele beneficiário - a não ser o caso de um ou outro, que é notório e comprovado através de cheques, muitas vezes o beneficiado não tem condições, não sabe que foi beneficiado por um dinheiro que tem uma origem ilícita. Não se trata apenas disso. As notícias que estão vindo lá de Maringá, dizem que se trata de dinheiro público do governo do Estado do Paraná em repasses para a administração de Maringá, através de convênios que foram desviados. É, pelo menos, a informação que me chega.

Então não se trata da arrecadação própria de Maringá. Se trata de recursos de outra natureza, recursos provenientes do Estado do Paraná.

Nesse sentido a Bancada do PT vai abrir o debate à população e pretende trazer esse debate para a Assembleia Legislativa - com a maior tranquilidade, sobre quais as condições que o governo tem, hoje, de continuar governando o Estado do Paraná, com o objetivo de trazer algum benefício para o nosso Estado. Em outras palavras: nós vamos discutir a possibilidade de que o governador Jaime Lerner, que nos parece, não estar nas condições normais. Olha, quem conheceu o Jaime Lerner como prefeito, não o reconhece mais. Aliás é tão notório isso que a eleição que aconteceu para a sucessão municipal em outubro de 2000, o candidato do governador, filho político do governador se negou peremptoriamente de apresentar o governador na televisão. Ele, oriundo daqui, que fez a sua carreira política, que trouxe o prestígio dos curitibanos para conquistar o governo do Estado do Paraná, foi impedido pelos seus próprios amigos, pela sua própria assessoria de aparecer nas telas de televisão. Não é a Oposição que está dizendo que o governador Jaime Lerner perdeu um pouco da condição de governante e do respeito da opinião pública do Paraná. Se não tem do povo curitibano que lhe depositou todas as esperanças, que lhe deu apoio político, que lhe emprestou prestígio na cidade, no Paraná, prestígio internacional, com as obras que realizou na nossa cidade, hoje, há um reconhecimento da sociedade paranaense de que o governador Jaime Lerner está reunindo em torno de si todas as condições para não continuar governando o Estado do Paraná.

Em nome do Estado, em nome da continuidade e em nome da transparência e da possibilidade que o governo do Estado possa realizar tarefas para melhorar a vida dos paranaenses num futuro próximo, talvez seja melhor que a Assembléia Legislativa abra debate sobre a possibilidade de solicitar o afastamento do governador do Estado, diante do seu distanciamento e dos erros gravíssimos que vem cometendo na ação administrativa.

Concedo aparte ao deputado Durval, nosso líder, que representa o governo do Estado.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Ângelo Vanhoni, não se trata a privatização da Copel de uma negociação onde hajam interesses de qualquer parte, senão o de seguir a desestatização do setor energético brasileiro. Não se trata de um balcão de negócios. Tenho certeza que, o que o governo do Paraná busca, é preservar o patrimônio paranaense, e a melhor maneira de preservar, nesse momento, é a privatização da Copel, onde vai se poder auferir um resultado bastante significativo e onde 70% do valor auferido pela privatização da Copel retornará para o serviço público do Estado do Paraná e para os servidores públicos.

Então, não se trata de um grande negócio, como tenho certeza, não se tratou de um grande negócio quando o governador do PT privatizou a Excelsa, alcançando um resultado de alguns milhões de reais. Tenho certeza que o que o motivou a privatizar a Excelsa que ele, que era governador do PT, também foi a própria política nacional de desestatização do setor, razão pela qual faço só esse aparte para esclarecer e trazer esse debate da privatização da Copel no campo que todos desejamos, do que é melhor para a sociedade paranaense.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se o presidente permitir e se eu pudesse usar o horário da Liderança da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vossa Excelência poderia usar o horário de outra Liderança. O seu horário está praticamente esgotado. Pediríamos que o senhor concluísse, pois o senhor já pegou o horário da Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Alborghetti, pediria escusas a Vossa Excelência.

Só para concluir, respondendo ao deputado Durval Amaral.

O deputado Amaral faz um esforço e eu entendo a sua posição, mas a privatização dos bancos, o Banco do Estado na administração do Lerner, tinha 800 milhões. Com 400 milhões poderia ser saneado com ações da Copel que foram para outros lugares que a gente não sabe

onde, e o Banco do Estado não teria nenhum problema. Aliás, a Mensagem veio para a Casa. Três anos depois, o rombo foi de 5 bilhões e 800. Não deixaram nada para ninguém, deixaram o problema para os paranaenses terem que pagar ao longo de 30 anos.

Agora vamos privatizar a Copel, sob qual razão? Qual é o problema para privatizar a Copel agora? Qual é a necessidade de privatizar a Copel agora? Só tem uma necessidade, deputado, é a falência de caixa do governo do estado. Vai queimar um ativo que pode ajudar no desenvolvimento do Estado do Paraná, alavancando recursos no exterior, porque o governo do Estado hoje não tem capacidade e a Copel tem, e se for para a iniciativa privada, a Copel vai ter este patrimônio, para alavancar nos organismos internacionais. E, hoje, a Copel tem uma saúde financeira enorme. Todos nós sabemos disto. Vai vender a Copel para cobrir os rombos de caixa do governo do Estado.

Do ponto de vista estratégico, o senhor acha isso justo para o Estado do Paraná? O senhor acha que está correto? É melhor dizer o seguinte para o Jaime: "Jaime, não venda a Copel. Deixe a Copel como um patrimônio dos paranaenses. Não apague a luz do Paraná, Jaime! Deixe a Copel para mais tarde. Você está no fim do seu mandato. Nós já tivemos graves problemas. Deixe isso como um estofo para os próximos governantes. Eles que tomem esta decisão, lá na frente".

A Oposição ajuda a Situação a ir buscar junto ao Banco Central e a outros organismos, recursos para emprestar, para pagar o salário dos funcionários, para pagar aposentadoria, para pagar assistência médica. A Oposição se dispõe a ajudar o governo, neste sentido. Mas, governador Jaime Lerner: não apague a luz do Paraná! Não apague o nosso futuro! Já chega os problemas que o senhor criou para o presente!

É isto o que tem que se falar, deputado Durval. Não tem razão técnica. Tem uma razão político-financeira dos rombos que o governo criou para este Estado...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Vanhoni, o senhor tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Meu aparte é rapidinho. Se já foi formada esta comissão especial para averiguar os problemas de Maringá, vamos ampliá-la para ver Londrina, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Maringá. Por que só uma cidade? Tem que ver tudo!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Concordo, e Vossa Excelência tem toda razão. Nós podemos, aqui, abrir uma comissão especial. Aliás, poderíamos fazer uma CPI. Vamos passar uma borracha em tudo o que há de CPI e vamos criar esta. E vamos criar, também, uma CPI para investigar os municípios e também alguma questão que tenha o governo do Estado,

aqui. O Banco do Estado, vamos abrir a questão do Banco do Estado. Não vamos incluir a Copel. Vamos colocar o Banco do Estado, na CPI, e todas as prefeituras. Pegamos a gestão do Banestado desde o governo do PMDB, que pega Álvaro Dias, Roberto Requião, José Richa e Jaime Lerner. Vamos fazer algo suprapartidário, porque aí todo mundo está atingido, nesta CPI. Pegamos o governo do Estado e o Banco do Estado nestes últimos 15 anos. E todas as prefeituras, inclusive as três do PT, que nas últimas eleições, algumas perderam, vamos colocar junto, não tem problema nenhum.

O Sr. Beraldin

Solicito um aparte de Vossa Excelência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou pedir escusas, agradecendo os apartes, mas o presidente já foi benevolente em conceder...

O Sr. Moysés Leônidas

Eu só gostaria que o senhor incluísse o artigo de hoje do jornalista Fábio Campana, da Gazeta do Povo, que eu achei muito interessante e que fala sobre os precatórios. O governo já está em dificuldades, hoje. E se levarmos a termo o que ele escreveu, porque é verdade, imagine daqui há seis meses, como é que vai estar a situação do caixa do governo.

Só queria acrescentar isso.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, senhor presidente, pela benevolência. Agradeço os apartes dos senhores deputados. Infelizmente, não posso conceder mais apartes.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência, a pedido do deputado Divanir Braz Palma registra a presença, na tribuna de honra, do prefeito José Manoel de Campos, o Zezão, de Ângulo, o prefeito Antonio Carlos Júlio, de Atalaia, e também do vereador de Barbosa Ferraz, Luciano Soares de Souza.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu também havia me inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado, não estava registrado aqui, infelizmente. Mas, fica o senhor para logo após o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Vou sair um pouco do uso normal dessa tribuna, para entrar numa área que nem sempre é prioridade, aqui nesta Casa.

Eu falo a respeito de futebol. Lamentavelmente o Estado do Paraná, mais uma vez, não sei se por falta de um maior apoio político no cenário nacional ou se é pelo descrédito que tem a nossa Federação Paranaense de Futebol, acaba sendo relegado para segundo plano quando a Confederação Brasileira de Futebol divulgou no dia de ontem os integrantes da Copa Brasil, os clubes do Paraná que vão integrar a próxima Copa Brasil. E ninguém poderia imaginar que de repente o Paraná Clube, e não por ser o meu clube, mas tenho a certeza também de alguns companheiros como o Luiz Carlos Martins, do companheiro Bibinho, que é o diretor desta Casa e de tantos outros, de repente o Paraná Clube com toda uma trajetória num curto espaço de tempo, galgando títulos e mais títulos, se vê fora da Copa Brasil. Não consegue a imprensa do Paraná entender isso, não conseguem os dirigentes de futebol e nem mesmo os adversários do Paraná, entender qual foi a fórmula mágica adotada pela CBF.

Não é possível, minha gente. O Paraná Clube foi o que mais vezes representou o Estado na Copa do Brasil, oito vezes, não vai participar, pelo menos não está incluído para participar da Copa Brasil. O Paraná Clube não foi convidado para a Edição 2001 da Copa Brasil, cuja participação possibilita o direito de disputar a Copa Libertadores da América.

A competição vai ter 64 participantes, obedecendo os seguintes critérios.

1º - Participam os campeões dos campeonatos regionais de 2000, num total de 25 participantes. Aqui já estão incluídos o Coritiba e o Clube Atlético Paranaense.

2º - Outros quinze participantes são extraídos das 15 melhores colocações no módulo azul da Copa João Havelange, do ano passado.

3º - Os demais 24 participantes são convidados da CBF, segundo critérios técnicos e financeiros ou, simplesmente, de acordo com o desejo do presidente da entidade. Quer dizer, nem nos outros dois critérios, o Paraná Clube teve o direito de ser colocado, quer dizer, é um clube que pelo jeito não tem patrimônio, foi formado ali num boteco da esquina, é um clube que pelo jeito nunca teve títulos. E, no entanto, está aí esta situação.

Eu queria lembrar aos senhores parlamentares que, se eu não me engano, há três ou quatro anos atrás, o deputado Pessuti depois pode me lembrar, o Atlético Paranaense estava numa mesma situação. E aí as forças vivas do Paraná, a classe política, a sociedade paranaense se insurgiu diante daquilo, fizemos até manifesto, protestos, subimos até em cima de caminhão, o deputado Orlando Pessuti estava lá junto e outros companheiros, o deputado Ângelo Vanhoni, que é atleticano também, e o Atlético reverteu a sua situação.

É preciso que o Paraná agora faça a mesma coisa, porque não é admissível que o Paraná fique fora. E não é o fato de o Paraná ficar fora.

Eu vou dar aqui, na seqüência, alguns exemplos ainda.

As argumentações e critérios aludidos pelo presidente da CBF, causam espécie.

Embora não seja o campeão paranaense de 2000 o Paraná Clube e os desportistas paranaenses foram tomados de surpresa com a não-inclusão do clube na Copa do Brasil de 2001 e pelos outros critérios aludidos pela CBF.

Ora! A fórmula da Copa João Havelange, em módulos que se juntavam na fase decisiva, oportunizando a que os integrantes dos módulos amarelos, verde e branco, relativos à segunda e terceira divisões do futebol brasileiro se juntem ao módulo azul - primeira divisão, consagra aos participantes desse módulo, na fase final da Copa João Havelange, a condição de melhores classificados no módulo azul, requisito esse perfeitamente preenchido pelo Paraná Clube, oitavo colocado, de participar na Copa do Brasil deste ano, oitavo melhor colocado entre todos os clubes brasileiros. Com relação aos critérios técnicos ou financeiros ou mesmo o direito de convidar da CBF a curiosidade não é diferente. Argumenta o presidente da CBF que o Malutron, co-irmão, vinha ocupando a liderança do campeonato paranaense deste ano, perdeu-a recentemente para o Atlético, mas isto não se trata de critério para indicação de nenhum clube para a Copa Brasil.

Vejam então, senhor presidente, senhores deputados, todavia não se faz referência ao desempenho financeiro da equipe no campeonato.

Que se entenda à referência ao Malutron um demérito ao convite feito, mas ao Paraná Clube, seis vezes campeão paranaense, uma vez vice-campeão e duas vezes campeão da segunda divisão do futebol brasileiro!

Uma no ano de 92 quando derrotou o Vitória da Bahia e outra quando agora no módulo amarelo no ano passado. Mas ainda há que se argumentar mais - o futebol paranaense, assim como o futebol mineiro tem o título nacional e à parte Cruzeiro e Atlético Mineiro tradicionais times das Alterosas e o Vila Nova também conhecido, teve a inclusão dentro da Copa Brasil.

O que está se verificando é o seguinte: enquanto o Estado do Paraná que tem aí Londrina, Maringá um potencial extraordinário de arrecadação e de clubes, tem aqui na sua capital três grandes clubes e agora o Malutron que surgiu.

De repente, se tira o Paraná Clube e se coloca o Malutron. Nada contra o Malutron. Acontece que Goiás e outros Estados brasileiros, menores, com menor potencial do que o Estado do Paraná, economicamente que o Estado do Paraná, ganharam quatro clubes na Copa Brasil, deputado Marcos Isfer, o senhor que é atleticano, e o Paraná ficou com três. Quer dizer, além de tirarem o

Paraná, não dão ao Estado o direito de competir de igual para igual com os outros Estados brasileiros.

Então é hora de esta Casa - estou dando entrada no requerimento, vou pedir adesão dos senhores parlamentares, independente de cores clubísticas e não cores partidárias, mas de cores clubísticas, para que assentem suas assinaturas a este requerimento, vamos solicitar aos deputados federais, muito embora esta semana em Brasília não se tenha atividade, mas é necessário que os nossos três senadores, que os nossos deputados federais, trinta deputados federais se juntem nesta batalha, façam ver ao presidente da CBF o potencial do Estado do Paraná que merece ter quatro clubes, não apenas três, mais do que nunca merece a inclusão do Paraná Clube que fez uma extraordinária campanha no campeonato da Copa João Havelange do ano passado.

Então era esse o apelo que queria fazer aos senhores parlamentares e falar aqui neste momento, saindo do dia-a-dia desta Casa não é prioridade, mas esse momento é prioridade. É o momento das forças vivas do Paraná, da classe política em defesa não só do Paraná Clube, mas na defesa da inclusão de quatro clubes paranaenses na Copa Brasil para este ano.

Encerro a minha participação, senhor presidente.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a propósito das palavras do deputado Algaci Tulio que são muito oportunas, tanto o deputado Algaci Tulio como eu somos paranistas, por isso ontem falei com os senadores Álvaro e Osmar Dias, e ambos me prometeram que iriam falar com o presidente Ricardo Teixeira e que tinham fortes indícios que o Paraná Clube também participaria da Copa do Brasil.

Então, estamos na certeza de que o senador Álvaro Dias, na condição de presidente da CPI do Futebol, com certeza não vai medir esforços e vai fazer com que o Paraná Clube também dispute este campeonato.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, deputado Augustinho Zucchi, senhores e senhora deputada.

O que me traz hoje à tribuna, é para falar sobre a aprovação do requerimento propondo uma Comissão Especial de Inquérito, aqui na Casa, para investigar o sumiço do dinheiro público, em Maringá. A nossa intenção era de fazer uma CPI da Corrupção, uma CPI abrangente, que pudesse atingir todos os escândalos, que tomamos conhecimentos nos últimos tempos. Mas aqui na Mesa existem sete pedidos de CPI's protocolados. O Regimento Interno prevê a existência de apenas cinco CPI's funcionando concomitantemente. Isso impede que instalemos mais uma comissão. As comissões de inquérito, que foram instaladas no ano passado estão con-

cluindo seus trabalhos, segundo informações da Mesa, o dia 15 de março é o prazo derradeiro, para que elas apresentem o relatório a esta Casa.

No dia 16 de março, estaremos aqui pleiteando a instalação da Comissão do Pedágio e da Comissão dos Jogos Mundiais da Natureza. Já avisamos a Mesa, se necessário, iremos buscar no Poder Judiciário a garantia, para que coloquemos em funcionamento imediatamente estas duas CPI's.

Por quê fizemos um acordo com a Liderança do Governo? Para criar uma Comissão Especial de Inquérito, porque não tínhamos outro instrumento possível e não tínhamos em mãos outra possibilidade. Não nos resta a possibilidade de criar uma CPI, porque, como disse, estão na fila sete CPI's. Apenas nos restou a possibilidade de criarmos uma Comissão Especial de Inquérito, como preconiza os artigos 34 e 35 do Regimento Interno, aliás, artigos que deram fundamentos para a aprovação no dia de ontem do requerimento, propondo a Comissão Especial de Inquérito.

Não iremos participar de nenhum circo. Não iremos fazer o papel da Rainha da Inglaterra, de montarmos uma comissão, para não chegar a lugar algum, para não investigar absolutamente nada. Apenas concordamos em participar desta Comissão Especial, porque ela tem a garantia regimental de que a Assembléia Legislativa poderá sim, investigar, requisitar documentos e poderá verificar a fundo o golpe praticado por amigos do alheio, contra o dinheiro público da Prefeitura de Maringá. Se fossem só políticos de Maringá que tivessem os seus nomes envolvidos nesse cabeludo escândalo, iríamos dizer que era coisa da Câmara Municipal de Maringá. Mas como existe a denúncia envolvendo pessoas que exercem cargos a nível de Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa não pode ficar calada, omissa, ela tem que ir e dar a sua contribuição, para o esclarecimento desses atos.

Por isso senhor presidente, para que fique aqui esclarecida a posição da Oposição, para que fique claramente definido, porque optamos em concordar com a Comissão Especial de Inquérito, a fim de que o Paraná saiba que nós, da Oposição, quando tomamos a decisão, tínhamos como único desejo e objetivo o esclarecimento do envolvimento de autoridades estaduais com o crime organizado de Maringá, dissemos aqui, e o nosso líder, deputado Orlando Pessuti, falou que o nosso desejo, a nossa vontade era de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não só para investigar Maringá, mas que também investigasse outros escândalos do governo Jaime Lerner.

Mas infelizmente, como não possuímos essa alternativa, utilizamos então da única alternativa que regimentalmente nos é assegurada, que é a Comissão Especial de Inquérito, e vamos utilizá-la a fundo, vamos buscar em todas as possibilidades que for nos dado regimentalmente, a elucidação, o esclarecimento do envolvimento

de autoridades estaduais com o roubo do dinheiro da Prefeitura de Maringá.

Eram esses, senhor presidente, os esclarecimentos que gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente fará uso da palavra o deputado Antonio Baratter.

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, quero agradecer, senhor presidente, ao Plenário, por ter aprovado por unanimidade projeto de lei de minha autoria que tem por súmula: "torna obrigatório que a concessionária de Serviço Público de Telefonia Fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discrimine na fatura de cobrança telefônica, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências". Esse projeto de lei, transformado em lei, foi sancionado no dia 16 de janeiro deste ano pelo governador Jaime Lerner.

Senhor presidente, depois desse projeto ser sancionado nós buscamos outras informações, e buscamos juntar determinados documentos, para mostrar de forma insofismável, sem nenhuma possibilidade de ilações da Telepar de que os consumidores do Estado do Paraná, mais de dois milhões de telefones fixos, a Telepar na verdade nos cobra pulsos a mais.

Hoje essa empresa de telefonia diz que não tem capacidade técnica de discriminar os pulsos. Quando a Anatel que é a responsável pelas telecomunicações no Brasil, acordou em contrato com a Telepar, uma das cláusulas do contrato diz: que os serviços da telefonia precisam de maneira clara e objetiva discriminar os serviços, e isto não está ocorrendo.

Nós, a partir de 99, quando iniciamos esta luta contra as operadoras de telefonia fixa para que pudessem discriminar os pulsos, que são as ligações locais, nós começamos receber em nosso gabinete, e através de E-mail que anunciamos aqui nesta Casa, vítimas do telefone, milhares e milhares de contas telefônicas, aonde a Telepar reconhece que errou nos pulsos. Esta lei que entra em vigor para a Telepar discriminar os pulsos dia 17 deste mês, nos mostra que esta lei vai permitir que nós possamos desvendar a caixa preta dos pulsos da telefonia fixa.

Só para que os senhores possam ter uma pequena noção do que está ocorrendo, isso aqui são documentos onde a Telepar reconhece o erro: a partir de hoje, senhor presidente, todos os dias virei a essa tribuna, onde a Telepar reconhece que roubou pulsos e reconhece que não tem tecnologia para discriminar, ora, ela tem tecnologia para nos cobrar a mais!

Lá em Londrina, o representante da telefonia disse que se essa lei realmente entrasse em vigor eles teriam

que cumprí-la: muitas contas eles teriam que mandar com 30, 40 folhas. Isso não é argumento, isso é um achincalhe ao código do consumidor!

Aqui nós temos uma conta que um senhor recebeu, no valor de R\$372,18. Ele reclamou à operadora que muitas das ligações que estavam lá não era ele que tinha feito e depois de um tempo a Telepar encaminhou para ele uma nova conta no valor de 152,41, dando um crédito, nesta conta, de R\$219,77. Uma outra conta no valor de R\$420,00, a Telepar depois de conferir a reclamação do contribuinte dá um desconto de quase 80%. Isso é um absurdo que está acontecendo no nosso Estado!

Tem uma outra operadora, que é a GVT, em sua conta discrimina os pulsos mas cobra por discriminar. O nosso projeto prevê que é absolutamente ilegal você cobrar por estar discriminando os pulsos.

Venho aqui hoje, nesta tribuna, senhor presidente, porque esta luta começou quando um professor em telecomunicações, aqui de Curitiba, pegou um aparelho de telefonia fixa, dele, acoplou via Internet e começou a monitorar os pulsos. Vejam o que aconteceu, através dessa monitoração no mês de outubro de 99 foram registrados, que ele consumiu 114 pulsos. A Telepar encaminhou uma conta registrando o faturamento de 292 pulsos. No mês de novembro de 99 ele consumiu 140 pulsos, a Telepar encaminhou na fatura, 386 pulsos. Foi isso que nos motivou a iniciar esta luta e nos moveu a encaminhar um projeto de lei que esta Casa aprovou.

Daqui a uns dias, senhor presidente, nós vamos dar entrada, nesta Casa de outro projeto de lei a respeito do Disk-Sexo, Disk-Amizade. O Código do Consumidor diz, claramente, que estes serviços são serviços fechados, ou seja, para que eu possa disponibilizar estes serviços eu tenho que dar a minha aquiescência, tenho que dizer, sim. E isto não é feito. Então, nós próximos dias, nós vamos entrar com outro projeto e espero, novamente, que esta Casa de Leis tenha a mesma consideração que teve com este projeto.

Nós estamos recebendo, no nosso gabinete, todos os dias, denúncias e provas concretas, então quero dizer a esta Casa se há uma disposição política de nós criarmos uma CPI a respeito da telefonia, tenho documentos que podem, tranquilamente, qualificar e subsidiar esta CPI.

Neste caminho eu recebi uma correspondência do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, fui convidado a representar esta Casa, no dia 29 deste mês, na Universidade de São Paulo, para proferir uma palestra onde estarão representantes de todas as Assembléias dos Estados do Brasil, 17 países estarão presentes onde nós vamos discutir esta questão específica da telefonia. Em todos os Procon's do Brasil a maior reclamação sempre é da telefonia.

E nas reclamações de telefonia o que mais incide é sobre a cobrança exagerada dos custos.

Na minha opinião, a Telepar hoje está reivindicando seu *jus operandi*, tentando buscar na justiça mostrando que este projeto é inconstitucional, porque versa

sobre telecomunicações, na verdade este projeto não tem nada a ver com telecomunicações, este é um projeto que versa diretamente sobre o código do consumidor e respeita o usuário, então lá em São Paulo, vamos ter a oportunidade de valorizar os parlamentares desta Casa que tiveram a compreensão e a ousadia de aprovar um Projeto de Lei que na verdade vem ao encontro daqueles consumidores que permanentemente estão sendo lesados.

Permito um aparte ao deputado Sergio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Eu, como é do conhecimento da Casa, passei pela Secretaria de Proteção em Defesa do Consumidor aqui no Estado do Paraná, infelizmente extinto, e confesso a Vossa Excelência e demais Pares que um dos itens de maior reclamação junto ao Procon do Estado do Paraná é justamente as companhias de telefonia, incluindo as celulares mas principalmente a companhia de telefonia fixa, no caso a Telepar aqui do Paraná. O usuário hoje é explorado, ele até tem sido furtado pela companhia, até pela falta de equipamentos para prestar um serviço adequado não só de esclarecimento, de orientação ao consumidor, mas também na hora de emitir o bilhete, usam critérios subjetivos, nada claros, nada confiáveis e emitem aquelas faturas contra os consumidores, que quando se vêm prejudicados têm a maior dificuldade para ver os seus direitos garantidos. Normalmente as companhias orientam para que ele pague a conta para depois pedir a devolução do dinheiro quando consegue um atendimento.

Vamos pegar um caso específico. A Telepar em Foz do Iguaçu, até o momento que ela foi privatizada, a companhia Telepar tinha uma gerência regional, com todo o quadro de funcionários e pessoas para atender o usuário, lá na localidade onde o usuário mora, pessoalmente, um atendimento personalizado. Foi só privatizar, inventaram um tal de 0800, o sujeito liga para 0800, o sistema computadorizado passa a ligação para não sei que número, que por sua vez passa para não sei que número, enfim, uma dificuldade enorme, o sujeito fica no telefone, falando às vezes 10 minutos, esperando 10, 15, 20 minutos e não consegue falar com a pessoa, só fica com o sistema computadorizado de telefonia de atendimento ao usuário.

O projeto de Vossa Excelência vem em boa hora, e na verdade esta questão da defesa do consumidor nesse particular, tem que ser discutido com mais profundidade aqui nesta Casa porque os serviços foram privatizados, mas a qualidade dos serviços piorou, encareceu e a população está sendo lesada.

Parabéns, deputado Baratter, pela iniciativa e conte naturalmente com o apoio total desse parlamentar.

O SR. IRINEU COLOMBO (Questão de Ordem)

Queria justificar a minha saída do plenário, senhor presidente, porque neste momento está tendo um ato promovido pelas mulheres, homenagem à morte de Antonio Tavares Pereira, matado pela Polícia Mili-

tar do Paraná e será inaugurada a pedra fundamental do monumento que será construída à margem da BR-277, pelo eminente arquiteto Oscar Niemeyer, e eu vou representar a nossa bancada e quiçá a Assembléia nesse pequeno ato.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Baratter, quero fazer algumas considerações com relação ao seu pronunciamento e tenho acompanhado de perto o efeito que teve a aprovação do seu projeto e a sua sanção, pelo governador Jaime Lerner.

Um projeto altamente social e que vem de encontro a um clamor muito forte da sociedade paranaense que não apenas no Paraná, mas no Brasil como um todo.

Essa questão da telefonia celular, telefonia fixa é realmente algo que vem perturbando muito os paranaenses.

Nós quando de algumas ações junto à Comissão de Defesa do Consumidor, como presidente, tomamos algumas iniciativas em que lamentavelmente, até o presente momento não encontraram guarida ainda, por parte da TIM Telepar, enfim, das empresas que atuam nessa área.

Vou mais além, deputado Baratter, acho que o seu projeto, fazendo com que as empresas telefônicas façam constar os impulsos telefônicos, já é um avanço. Mas, deveríamos iniciar um movimento quem sabe, a nível de todas as Assembléia Legislativa do Brasil, no sentido de mobilizarmos os deputados federais para mudarmos a legislação, porque quando se fala em telefonia, a Anatel sempre é a grande responsável e se diz a controladora desse sistema. Não tem como avançar, porque a legislação é federal e nós acabamos esbarrando na legislação.

Acho que esse movimento deveria controlar o telefone, o tempo da utilização do telefone e pelo usuário, como tem a Copel, o aparelho que mede a quantidade de energia que nós consumimos, como tem a Sanepar o hidrômetro que controla a quantidade de água que o consumidor gasta.

Acho que as empresas telefônicas, que ganharam tanto, poderiam muito bem instituir isso ou quem sabe o próprio usuário pagar e na seqüência descontar na sua conta telefônica.

Nesse sentido gostaria de lhe ajudar e que colocasse isso como uma das propostas num movimento que poderíamos tornar nacional, no sentido de mudar a legislação e criarmos essa oportunidade, ter um controle mais eficiente das contas telefônicas dos usuários paranaenses do Brasil.

Parabéns pelo seu projeto! Tenho certeza que ele encontrou guarida na sociedade paranaense.

O SR. ANTONIO BARATTER

O que eu não consigo entender, e que nenhum cidadão, que se utiliza dessa concessão consegue entender é o seguinte:

Nós iniciamos um novo século, nós recebemos em nossas casas uma conta de telefone, uma fatura. Mas,

nessa futura não diz para quem eu liguei, quando eu liguei, quanto tempo demorou a ligação e quanto custou.

Mesmo se a operadora cobrasse corretamente me dá o direito de levantar a suspeição, porque daí sim, eu estou pagando algo no escuro. Não estou tendo nenhum direito enquanto cidadão.

Este projeto, muito mais do que discutir uma lei, ele discute cidadania, que é uma das questões que nós enquanto sociedade ainda estamos engatinhando. Este projeto vai muito mais além do que buscarmos a consciência que está naquela caixa preta dos pulsos da Telepar. Nós já constatamos, nos roubam cobrando mais, e o que é mais difícil, que é o sagrado direito da cidadania é de obter a informação.

Se qualquer um dos senhores parlamentares, neste momento ligar para o 104, uma mulher constituída eletronicamente vai te dar algumas informações. Conforme o que você quer ela manda você digitar um número, depois de um minuto, dois, cinco, vem uma secretária de carne e osso e pergunta: “O que é que o senhor deseja? O senhor nos aguarde que já iremos atendê-lo”. E passa novamente àquela desgraçada secretária eletrônica: “digite o 4, aperte o 9”. Essa é a sacanagem. Voltando ao princípio do respeito ao cidadão, terminei de ler um livro que fala sobre o avanço das telecomunicações e ele faz um breve comparativo, que quando acabou a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, dois anos após terem assinado a paz, as pessoas se matavam nos barrancos dos rios porque era difícil chegar informação por que era levada com um cavalo. Naquela época, eles continuaram se matando, dois anos depois. Hoje, qualquer coisa que acontece no mundo, nós, imediatamente, nas nossas casas, temos a informação. Agora, meu Santo Deus, eu ligo para o meu amigo e quando me mandam a fatura desta ligação, não diz para quem eu liguei, quando eu liguei, quanto tempo demorou e quanto custou. Mesmo que a operadora estivesse cobrando certo, a maneira que me cobra, é anti-cidadã, porque não me dá o direito de reclamar. Então, é nesse sentido que venho à tribuna, agradecer aos parlamentares desta Casa que aprovaram este projeto de lei, agradecer o governador que sancionou.

Concedo aparte ao deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Primeiramente a nossa satisfação, visto que Vossa Excelência por alguns dias nos abandonou. Queremos cumprimentar a sua volta, pois Vossa Excelência inspira otimismo, alegria, e tem um espírito muito comunicativo o qual nos preza muito ser seu companheiro.

Com respeito ao seu pronunciamento, tenho uma notícia pior do que essa Vossa Excelência está colocando.

Esta secretária eletrônica que Vossa Excelência falou, tem uma pior que não é a eletrônica, é a viva-voz. Eu telefonei para 102 e perguntava qual o telefone da prefeitura de Cascavel e ela me perguntava onde ficava, em que Estado fica essa cidade, por incrível que pareça.

Voltei a ligar e perguntei da minha cidade, Fazenda Rio Grande e a telefonista perguntou onde fica a Fazenda Rio Grande? Aí eu liguei para o 102 de novo, perguntando onde ficava uma cidade antiga. São Sebastião da Amoreira e ela perguntava em que região e em que Estado ficava essa cidade. Isso nos entristece, visto que no governo Paulo Pimentel, ele transformou o Paraná como o Estado líder e incontestado a nível nacional, porque o Paraná se auto-afirmou como o Estado da comunicação e da telefonia.

Hoje, desgraçadamente (como Vossa Excelência usou esse termo), para se obter uma informação de uma cidade ou empresa do Paraná, nós temos que bater na cidade de Florianópolis. Nós perdemos o Bamerindus mais ainda continua aqui em Curitiba. Perdemos o Banco do Estado do Paraná, continua em Curitiba, mas a Telepar não continua sequer com o serviço de informação aqui na cidade de Curitiba.

Eu gostaria que o presidente desta Casa que tem um poder maior que todos nós, porque representa todos os representantes do povo, tomasse providências junto à Telepar ou não sei o nome que hoje sucedeu a esse império que tínhamos e que obrigue a Telepar, a manter de novo aqui no Estado do Paraná - Em Curitiba, entre outras coisas, o Serviço de Informação 102, porque nós não podemos passar vergonha de uma telefonista perguntar onde fica São José dos Pinhais.

Isso é um absurdo! Por isso, daqui a uns dias, quero pedir ao presidente Hermas Brandão, e à Mesa Executiva que tomem essas providências, caso contrário, senhor deputado, nós teremos a obrigação de fazer uma campanha para que ninguém no Estado do Paraná, use o número 14. Porque esse 14 traiu - como um todo, a todos nós paranaenses.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARATTER

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Baratter, quero dizer que tenho aqui, em mãos, mais ou menos 400 denúncias, reclamações com relação à questão da telefonia.

Vendo acompanhando já há alguns meses o companheiro deputado Baratter, vendo também a sua luta da inclusão, através da lei estadual, de que todas as ligações sejam incluídas na fatura e vemos, aí, a reação por parte da empresa.

Na verdade é que o Paraná - e eu quando ocupei a tribuna agora, há poucos minutos, que nós, infelizmente, parece que politicamente estamos enfraquecidos cada vez. Quer dizer, não podemos manter 4 clubes e temos que nos contentar com 3. Aí alguns grandes articulistas ou articuladores políticos do Paraná, durante a temporada de verão, ao invés de prestigiarem as praias do Paraná, foram discutir as questões políticas e o futuro do Estado na ilha de Santa Catarina.

Nada contra Florianópolis, uma beleza que é, mas nos parece que estamos voltando a ser 5ª Comarca não de São Paulo, mas 5ª Comarca de Santa Catarina.

São fatos lamentáveis e quero me somar a Vossa Excelência deputado Baratter, no sentido de que esta Casa - não peguei o teor inicial do seu pronunciamento, estava no comitê de imprensa, mas que esta Casa imediatamente coloque a crivo deste Plenário, a instalação ou não da CPI das Telecomunicações. Porque acho que é de fundamental importância, não podemos mais continuar nesta situação. E uma das denúncias gravíssimas que temos aqui nesse meu dossiê, é o seguinte: o senhor é dono de uma linha telefônica, alguém passou e aí voltou àquela questão da Copel, de cadastro de contribuintes.

Alguém tem o seu cadastro, e com ele vai na Telepar, compra tantas quantas linhas quiser e aí com o telefone, dá outros endereços, de suas casas comerciais ou coisa parecida, gastam enormemente com telefones, não pagam o primeiro mês, não pagam o segundo mês aí vem a conta no terceiro mês e se não pagar o seu nome está no Serasa, e o senhor não tem mais condições de abrir crédito em parte alguma deste Paraná.

Isto é gravíssimo e esta CPI tem que ir a fundo nessa questão das telefonias. Vou repassar na semana que vem, à Mesa da Assembléia, porque até agora esta CPI ainda não veio para Plenário, para que depois ela encaminhe a quem de direito ao integrante da CPI das Telecomunicações, todo esse dossiê e um pouco mais ainda que tenho a respeito de telefonia. Esta Casa não pode se omitir neste momento. Quando passa o 102 a funcionar em Santa Catarina e como disse o deputado Geraldo Cartário, a moça não sabe onde fica São José, onde fica Cascavel, não sabe nada. Aliás, o cidadão quando liga para o 102 é surpreendido pelo sotaque. Nada contra os catarinenses, pelo contrário, mas já atende uma pessoa com sotaque catarinense o 102 e manda esperar.

Espera até ela tentar descobrir onde é São José dos Pinhais, Piraquara, Curitiba. É o fim da picada,

Então quero dizer que me somo a Vossa Excelência e vou procurar contribuir, para que, com as denúncias que tenho em mãos, esta CPI realmente obtenha o sucesso que, tenho certeza, vai obter.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, o contrato da Anatel com a Telepar, na cláusula 10.6 reza o seguinte:

“Os documentos de cobrança emitidos pela concessionária, deverão ser apresentados de maneira detalhada, clara, explicativa, indevassável e deverão discriminar o tipo e quantidade de cada serviço prestado ao assinante”.

Senhor presidente, eu encerro lamentando profundamente que a Telepar Brasil Telecom tenha a capacidade, conhecimento e “software” para aumentar em quase todas as contas dos contribuintes paranaenses os

pulsos, ou seja, as ligações locais e venha a público e diga que o sistema ainda não está digitalizado e não pode dizer para nós, consumidores, aonde ligamos, quando ligamos, para quem ligamos e quanto custou a ligação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, a deputada Serafina Carrilho, no horário destinado ao PL.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

(Lê):

“Senhor presidente, senhores secretários, nobres deputados.

Faço uso desta tribuna, na qualidade de líder do Partido Liberal com representação nesta Assembléia Legislativa, para dizer aos meus queridos companheiros parlamentares, que o Partido Liberal, através deste Horário das Lideranças, e em todos os atos que se fizer necessário, se fará presente para defender os preceitos e princípios do pensamento liberal, constantes de nosso programa partidário.

Nosso Horário das Lideranças, será sempre utilizado para demonstrar o posicionamento de nosso Partido, frente às matérias de relevância que neste Parlamento serão tratadas.

E sabemos que muitas matérias de relevante interesse público aqui serão discutidas e deliberadas, ainda nesta sessão legislativa, e dependerão muito da manifestação do nosso partido. além dos demais, é claro.

E temos consciência da importância do voto deste Partido para a população do Paraná. Gostaria de informar que esta líder partidária, cumprirá com o seu papel.

Em nome do Partido Liberal, quero dar as boas-vindas ao nobre deputado Baratter, que veio compor as fileiras do nosso partido, veio trazer a sua alegria, a sua companhia, a sua lealdade, as suas propostas, enfim, veio trazer as suas lutas, para junto lutarmos e vencermos. Seja bem-vindo, deputado Baratter, Vossa Excelência representa muito para o nosso partido.

Devo informar também, que veio integrar a lista de políticos representativos do Partido Liberal, o nobre deputado federal Pastor Oliveira, que com sua justiça, moral e probidade, também saberá defender a bandeira do nosso Partido no Congresso Nacional.

Por fim, gostaria de informar aos nobres Pares, que o nosso Partido Liberal está de portas abertas a todos aqueles que queiram defender o pensamento liberal, e atingir elevados índices de satisfação partidária.”

Sendo esta a Semana Internacional da Mulher, gostaria de deixar uma mensagem às mulheres presentes e todas as que nos ouvem:

(Lê):

“MULHER CADA VEZ MELHOR

Nós, mulheres brasileiras, temos motivos para comemorar o “Dia Internacional da Mulher”. Com muita luta, hoje fazemos parte da força de trabalho remunerado, do eleitorado brasileiro e chefiamos nossas famílias. A Constituição Federal e Estadual reconhecem os direitos da mulher.

Na política, conquistamos nosso espaço. Temos senadoras, governadoras, vice-governadoras, deputadas federais e estaduais, prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras.

Cada vez mais a mulher é autoria de seu próprio projeto de vida. Mas nem tudo é um mar de rosas. Ainda a mulher sofre com a discriminação contra a maternidade, somando-se a isso o racismo e as dificuldades de profissionalização da mão-de-obra feminina. É importante ressaltar que não são poucas as mulheres abandonadas por seus maridos com famílias inteiras para sustentar e que precisam de bons salários.

A mulher sofre violência física e sexual, quer na ruas, quer dentro de casa, atingindo índices cada vez mais alarmantes de assassinatos, estupros e espancamentos, que já fazem parte do cotidiano da mulher brasileira.

O quadro na saúde, por sua vez, é dramático, sendo escandalosos os números de gravidez precoce, doenças sexuais, morte por câncer de útero e de mama, mortalidade materna e perinatal, cesarianas desnecessárias e esterilizações definitivas.

Mas ao longo de sua luta, este é o momento da história em que temos que intensificar a luta pelo respeito aos nossos direitos, denunciando a discriminação no mercado de trabalho, violência física e sexual, pelo atendimento integral à saúde feminina e pela democracia. Assim faremos jus à luta das 129 operárias que há mais de 100 anos deram suas vidas para garantirem os direitos da mulher.

Quero cumprimentar a todas as mulheres que, com força, conquistaram o seu espaço e nem por isso deixaram de ser femininas e nem precisaram deixar de cuidar de suas casas, filhos e maridos.

Quero ressaltar aqui, como um pedido: que o homem acredite mais na mulher, porque o sucesso dela na sociedade depende também de seu companheiro, não deixando de lado a importância masculina, pois o homem e a mulher foram criados por Deus com o objetivo de se completarem.”

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: PSB, PSC.

(Declinam)

PST.

Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhoras e senhores.

Estamos hoje usando esta tribuna, senhor presidente, para fazer um apelo no sentido de conseguirmos apoio político para aprovação de um projeto de nossa autoria, item 7 da pauta do dia, trata do Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná, Projeto de Lei nº 294/2000.

Os nobres Pares sabem e temos aqui vários deputados que são do Arenito Caiuá, e quero aqui realçar os nomes dos deputados: Hidekazu Takayama - Presidente do PST, que representa a região de Guaíra; Luiz Accorsi, a região de Luanda; Basílio Zanusso, da região de Nova Esperança, Nelson Garcia, da região de Umuarama; Edno Guimarães, da região de Cianorte e Nelson Tureck, da região de Campo Mourão, além deste deputado que vos fala. Nós, hoje, representando o interior do Estado, estamos vivendo um momento de divisor de águas, ou nos sensibilizamos para um Programa de Revitalização do Noroeste, atacamos o processo de desertificação acelerado que vem sofrendo aquela região, ou então estaremos todos fadados a transformar, realmente, em deserto esta região Noroeste, uma região que já foi celeiro do Estado do Paraná.

Essa região compreendida por 107 municípios e que abriga hoje uma população de um milhão, 116 mil pessoas; população urbana de 878 mil, população rural, 238 mil, que a cada ano decresce em mais de cinco por cento. O êxodo rural hoje, senhores deputados, passa por um decréscimo de mais de cinco por cento, sendo que esta população que sai do meio rural sem ter qualificação de mão-de-obra vem para as grandes cidades e aqui sofre um choque cultural fantástico onde perdem a inocência, onde perdem os seus horizontes, onde perdem o objetivo de realizar seus sonhos e geralmente vão para a degradação dos costumes e nas páginas dos jornais nós estamos vendo hoje aí o que acontece com a região periférica das nossas cidades que normalmente são pessoas advindas do meio rural, advindas do nosso campo, em especial do interior do nosso Estado.

Este Programa de Revitalização do Noroeste não é um achado deste deputado, não. Isto advém de um programa feito pelo Iapar que através de pesquisa conseguiu provar que no Arenito Caiuá é possível se colher soja com o sistema do plantio direto e uma produção ao ponto de equiparar ao da terra roxa, de 110 a 130 sacas por alqueire. está aí o grande gancho, a grande alavanca que poderá fazer com que nós possamos trazer novamente o Arenito Caiuá aos tempos de antes da década de 70 quando ele produzia café e depois do café veio a pecuária só que com a pecuária veio a erosão e com a erosão veio o empobrecimento do solo e o empobrecimento da nossa gente e empobrecimento das nossas cidades.

E hoje estou aqui, senhores deputados, fazendo este apelo para que nós possamos mudar o destino da região Noroeste. Esta gente trabalhadora não pode sofrer mais com o empobrecimento dessa terra. Nós temos hoje a tecnologia nas mãos, nós temos hoje minas de calcário

em abundância no Paraná, nós temos densidade pluviométrica iguais a quaisquer regiões produtoras do país, nós temos o homem que trabalha, que conhece a terra, enfim, só falta o quê? Só falta uma ação vigorosa do Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, através de seu maior instrumento que é a Emater, para que possa fazer deste um programa de transformação desta nossa terra, fazer com que esta terra revitalize, para que nossa terra possa voltar a ter o trabalhador que já teve, porque hoje a terra da pecuária, o hectare abriga no máximo de uma a duas famílias. Na terra revitalizada nós podemos ter de seis a oito famílias e com isto nós vamos dar um basta no êxodo rural, nós vamos dar um basta nesta migração impiedosa que humilha o trabalhador rural fazendo com que ele venha para as grandes cidades na esperança de ganhar dinheiro, mas chegando aqui ele não tem a qualificação de mão-de-obra porque a mão dele é calejada, a mão dele conhece a terra e nós, como deputados que somos sensíveis aos problemas sociais, precisamos urgentemente fazer com que este programa revitalize esta terra.

Nós temos grandes parceiros nesta luta, senhor presidente, além do nosso presidente Hermas Brandão que já foi secretário da Agricultura, nós temos o secretário atual Antonio Poloni que é uma pessoa ligada a esta terra e um apaixonado por este Programa de Revitalização do Noroeste. Temos a parceria de Alcení Guerra, chefe da Casa Civil. Temos parceria ao secretário de Comunicação que já tomou conhecimento do nosso programa e colocou toda a mídia do Estado à disposição, Rafael Greca, e temos também as entidades além do Iapar, temos a Universidade Estadual de Maringá, temos a Cocamar, temos a Faep, Federação da Agricultura, que tem na presidência o Ágide Meneguetti, a Ocepar, enfim, temos os prefeitos da região do Arenito Caiuá, os vereadores, e temos o trabalhador, precisamos, temos recursos do Banco do Brasil, com juros de 8.75%.

O que nós precisamos, senhor presidente, é de uma ação vigorosa e o governo precisa levantar esta bandeira, através desse programa, e apoiado por esta Casa, temos certeza que vamos deflagrar um grande programa de revitalização da região Noroeste. Vamos fazer com que o homem fique no campo, com a terra sarada e produtiva, fazendo com que ele não tenha que sair da terra. E para isso vamos contar com o apoio de Vossa Excelência.

Concedo um aparte ao deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia

Agradeço, deputado. Eu teria muito que falar sobre a região, tanto eu como o deputado Edno, mas quero lhe parabenizar e me somar a Vossa Excelência, juntamente com o deputado Edno e demais companheiros.

Gostaria de dizer que Umuarama saiu na frente em um programa de arrendamento de terra, onde Umuarama não perde, hoje, para lugar nenhum da terra-roxa. É realmente, senhor presidente, uma recuperação muito grande

da região Noroeste, porque é uma região onde qualquer chuva e a erosão têm destruído o nosso Arenito Caiuá.

Temos que nos somar nesse “pull”, de várias entidades, segmentos políticos, para podermos levantar a nossa região Noroeste, porque é aonde o boi se acomodou, com a saída do café e ficamos à mercê do tempo e da corrosão de nossa região.

Agora, sim, com o programa acontecendo, muitos estão arrendando terra, plantando soja na nossa região. Hoje é uma realidade, porque a primeira plantação de soja foi colhida pelo governador Jaime Lerner há dois anos atrás e é um grande exemplo, hoje.

Vossa Excelência pode contar com a nossa participação, da minha e a do deputado Edno e dos demais companheiros. Tenho certeza, nós que vivemos o dia-a-dia da região Noroeste, sabemos da necessidade de reerguermos uma bandeira em prol da agricultura daquela região.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, deputado Nelson Garcia. Vossa Excelência lembrou muito bem com propriedade, o nome do prefeito Scaravata, que já estimulou o plantio de soja direito e, hoje temos 90 mil hectares plantados. Isso prova que é viável, as terras estão se valorizando. Tem gente vendendo terra-roxa a 18 mil reais o alqueire e comprando a seis mil reais no Arenito Caiuá, triplicando a sua capacidade de produção.

Então, tem tudo para dar certo, senhor presidente. Temos certeza e apostamos - o Edno sabe disso - na força do governador Jaime Lerner, porque vai ser uma grande bandeira e vai ser um choque de modernização das nossas terras, do Arenito Caiuá, que hoje doentes vão ficar sardas e manter o homem no campo, produzindo no seu meio, evitando que ele venha para a cidade, ser violentado nos seus princípios e na sua cultura.

Muito obrigado, senhor presidente, nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: PSL.

Com a palavra, o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, no encerramento do exercício do ano 2000, 17 companheiros deputados, subscreveram um documento, o qual entregamos à Mesa da Assembléia, na época de Sua Excelência o presidente Nelson Justus e esse documento foi ao conhecimento do 2º secretário, deputado Zuk e o 1º secretário, naquela oportunidade, deputado Hermas Brandão.

Esse documento trata de um direito. Agora, se a Mesa da Assembléia da atual administração achar por bem de que esse documento subscrito pelos 17 deputados, que tive a responsabilidade de encaminhar à Mesa, se Vossa Excelência achar que esse documento não tem condições de ser aprovado, divulgado ou analisado,

temos pelo menos o direito a uma resposta, senhor presidente, porque as Constituições, brasileira e estadual, dizem que todos são iguais perante a lei.

Eu gostaria que o tratamento dispensado nesta Casa aos partidos e aos deputados fosse através do direito da igualdade; nada mais estamos querendo, senhor presidente, além da igualdade. Se for inconstitucional a liderança independente nesta Casa, ela também é inconstitucional quando fala da liderança das Oposição. E no meu entender, acho que nada é inconstitucional quando se trata de um aperfeiçoamento democrático.

Eu não sei quanto a Assembléia gasta por mês, por dia, mas eu sei que a garantia dos direitos ao cidadão está precisamente na abertura desta Casa. À Assembléia não interessa o preço, interessa que dá o direito à liberdade a toda a população do nosso Estado.

Por isso, senhor presidente, eu gostaria que Vossa Excelência nos respondesse, por escrito ou através da sua palavra, que é uma palavra sempre querida e respeitada por todos, dizer do porquê que até hoje não foi ainda colocado à apreciação da Mesa Executiva, pelo menos não entrou em votação no Plenário.

Entre outras razões, muita gente, talvez companheiros que integram partidos que a gente admira e respeita, partidos grandes como o PMDB, PFL, PTB, PSDB. Só que esses partidos, a exemplo daquela ponte que caiu lá em Portugal com 116 anos, uma ponte que saturou, os partidos um dia também entram na fase de saturação, que não é o caso do PMDB, nem dos partidos que aqui citei, mas há saturações. Não só pela figura dos seus dirigentes, mas também satura os próprios filiados. Por isso surgem partidos novos, como o PDT criado pelo Leonel Brizola. Existem partidos que foram criados há pouco tempo, como o PSDB, hoje tão bem representado nesta Casa, e que ontem, lamentavelmente, perdeu um dos seus maiores líderes, que é o Partido Social Democrático Brasileiro.

Por isso, senhor presidente, acredito que os partidos, o Partido Social Liberal, com quatro deputados nesta Casa, o Partido Social Trabalhista, com dois valorosos deputados, o Partido Liberal, com três deputados, o Partido Social Brasileiro, com dois deputados. Acredito, senhor presidente, que esses partidos gostariam de se reunir nesta Casa através do manto oficial, a exemplo do que aconteceu com o PMDB, com o PT, com o PDT, entre outros, e o PSDB com o seu líder José Maria, mas gostaríamos também, senhor presidente, de podermos nos reunir sobre o manto oficial através de uma Liderança independente que não tem nada a ver com o Palácio do Governo, não tem nada a ver com o governador, mas simplesmente é o fortalecimento desses partidos, que são pequenos, mas têm alma grande. E esses partidos precisam, certamente, que o PL não vá se reunir só com dois deputados, o PST não vá se reunir apenas com dois deputados, é preciso uma estrutura de liderança, aonde esses 11 deputados, mais os deputados de outros partidos, pode ser do PTB, do PFL, outros segmentos, possam se aco-

modar através de uma luta cívica conjugada por esses partidos.

Acho que nunca podemos ter ciúmes do que os outros conseguiram conquistar. Pessuti, eu não tenho ciúmes do Partido da Liderança das Oposições, só que me sinto no direito, já que estou aqui também como deputado, que vim pelo voto da urna, junto com meus companheiros, que tenhamos o mesmo direito assegurado de termos a liderança independente.

Era isso, senhor presidente, partidos pequenos mas de alma grande! Partidos pequenos mas com perspectivas muito grandes!

E futuramente virei aqui, nesta tribuna, para falar de um homem independente do Paraná que se elegeu governador por um partido pequeno como o nosso, o PTN, que é Paulo Pimentel, que foi, sem dúvida, sem programas de financiamentos internacionais, sem PIB, sem vender nada do governo, sem comprometer nada do governo; foi Paulo Pimentel que se transformou naquele governador que teve a competência de trazer Arnaldo Busato, que levou saúde ao Paraná inteiro, de trazer Cândido Martins de Oliveira, levando a educação a todos os municípios do Paraná, e principalmente, foi Paulo Pimentel que levou a luz aos municípios aqui do Sul, apesar de ser um governador que não era do Sul. Foi Paulo Pimentel, senhor presidente Hermas Brandão, e Vossa Excelência sabe disso, Paulo Pimentel, que era independente, a revolução contra ele, as maiores lideranças do Paraná contra ele, e ele, independente, num partido pequeno, levou o asfalto de Maringá a Umuarama, Maringá a Campo Mourão, Maringá a Paranavaí, Rolândia e Porecatu, Pato Branco a Três Pinheiros, Ponta Grossa a Itararé, no Estado de São Paulo.

Partido pequeno, foi um líder independente, e para finalizar, senhor presidente, só queria aqui dizer que Paulo Pimentel fez uma façanha, compartilhada com o hoje presidente do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro, quando os nossos colonos aqui na região de Contenda, Araucária, Quitandinha, Mandirituba, Agudos, Piên, Tijucas do Sul, tiveram uma super safra de batata, iam jogar a batata no lixo, Paulo Pimentel pagou, pelo governo do Estado, caminhões, carregou os sacos de batatas nos caminhões e enviou para o Nordeste e a batata do Paraná foi vendida e consumida pelos nordestinos. Com isso ele não virou as costas, como hoje está se virando aos agricultores do Paraná.

Por isso que eu, como integrante de um partido pequeno, associado a outros partidos menores, independente, sim, nós gostaríamos da reflexão da nova Mesa da Casa, deputado Rossoni, deputado Hermas Brandão, deputado Anibelli, que implantem a liderança independente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, neste momento, cumprimentar o deputado Geraldo Cartário, pelo brilhante pronunciamento que fez, principalmente na parte alusiva às obras e a pujança que trouxe ao Paraná, o ex-governador Paulo Pimentel. Naquele momento, sem sombra de dúvida, o Paraná inteiro era um Estado que se levantava, que se erguia e principalmente por causa do lema por ele adotado: "Paraná, aqui se trabalha". Um grande governo que deixou marcas importantes no Paraná.

Com relação, deputado Cartário, à liderança do bloco independente, eu diria que sou plenamente favorável que se constitua o bloco independente, aqui na Assembléia. E recomendo a Vossa Excelência, não sei se foi esse o procedimento que se adotou na ocasião, que apresente um projeto de resolução, alterando o artigo 12 do Regimento, para que possa também lá configurar a possibilidade da liderança do bloco independente. Foi o que nós da Oposição fizemos, apresentamos, na ocasião, um projeto de resolução que foi votado por este Parlamento e foi inserido no nosso Regimento, a possibilidade de as lideranças da Oposição, então faço a sugestão modesta a Vossa Excelência para que assim agindo, assim ajustado o nosso Regimento, possamos ter aqui a Liderança dos Independentes. Temos a Liderança do Governo, Liderança da Oposição, e a Liderança dos Independentes, poderá sim ser criada, se for desejo desta Casa mediante alteração do Regimento.

Mas ocupo a tribuna, senhor presidente, no horário da Bancada do PMDB, para dizer da satisfação que sempre tive de pertencer a esta bancada, hoje liderada pelo deputado Nereu Moura, e de nesta bancada termos maravilhosos e brilhantes parlamentares que integram o bloco da Oposição, a liderança da Oposição, que tive o privilégio de exercer esta liderança, até o dia de hoje, eletito que fomos pelos deputados há seis meses atrás.

Apesar de estar aqui já há 18 anos, nesta Casa, de já ter exercido todos os cargos possíveis em termos de Assembléia Legislativa, de ser deputado sem pertencer a nenhuma comissão, de pertencer a uma comissão, de ser suplente de comissão, presidente, vice-presidente desta Casa, líder de bancada partidária, líder do Governo, quero dizer que foi realmente para mim um momento especial este, neste ano de 2001, no final do ano 2000, quando exercemos a liderança desta Bancada da Oposição, uma bancada aguerrida, uma bancada que nos deu parlamentares da mais alta qualificação, dedicação. Tivemos o privilégio de acompanhar de perto, torcendo e vibrando com a eleição do Edgar Bueno, eleição do Péricles, de termos também com alegria recebido o Eli Ghellere, a Luciana Rafagnin em nosso meio e tudo isso fará, sem sombra de dúvida, parte de uma história, de um momento que nós vivemos nesta Casa. Um momento profícuo, um momento de intenso debate, um momento onde a Oposição desta Casa, onde os deputados que integram a Oposição, em nenhum momento curvaram as suas

espinhas, deixaram se levar pela corrupção, ou deixaram se levar pelos encantos de algumas coisas que pudesse fazer com que fraquejasse na sua caminhada.

Em nenhum momento recuaram de sua posição firmes e decididas, e tenho certeza e tenho convicção de que a partir de agora, com a presença do nosso líder da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, a Bancada da Oposição estará muito mais engrandecida sob o comando deste que sem sombra de dúvida sempre foi, é, e será um dos grandes valorosos parlamentares, um dos grandes e valorosos homens públicos da política paranaense brasileira.

Falo isso com uma satisfação pessoal porque ingressei para a política e para a disputa eleitoral, deputado Waldyr Pugliesi, também pelas suas mãos. Lembro-me do estímulo que meu pai, Natal Pessuti me dava, que meus companheiros de política naquela ocasião, vejo aqui inclusive dois companheiros daquele momento, o hoje prefeito de Medianópolis, João Batista da Silva, o Antonio Andrade, que conosco em 82, perfilavam os caminhos para que pudéssemos nos eleger deputado estadual.

Lembro-me deputado Waldyr Pugliesi, que entre tantos companheiros que torciam pela nossa candidatura, a presença de Vossa Excelência foi determinante e foi fundamental, porque naquele momento em que nós tínhamos dificuldades para conseguir a vaga de candidato a deputado estadual representando o Vale do Ivaí, a cidade de Ivaiporã, recebi de Vossa Excelência um dia um telefonema que disse: - Fique firme, não se entregue, vá à luta, porque se o Vale do Ivaí, Ivaiporã não lhe der a vaga eu o coloco como candidato representando o setor agropecuário na condição de médico veterinário.

Foi naquele momento que tivemos mais força para ir à luta, busca em 82 a nossa eleição e a conseguimos, e de lá para cá com ajuda dos companheiros, com ajuda de todos, temos nos mantido nesta caminhada.

Portanto, companheiros deixo a todos vocês o meu abraço. Vamos continuar firmes e fortes na Bancada da Oposição, sob a liderança de Waldyr Pugliesi, na Bancada do PMDB sob a Liderança do Nereu Moura, na Assembleia Legislativa sob a Liderança de Hermas Brandão, e continuaremos a nossa luta também, que engrandece a todos nós do Paraná, que é a luta de presidirmos a União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Agradeço a todos vocês que nos permitiram estar à frente nesta Liderança de Oposição, aos companheiros do Bloco do Governo pelo respeito, pelo carinho e pelo engrandecimento que proporcionaram também ao nosso trabalho.

Parabéns, Waldyr Pugliesi, sucesso nessa caminhada, que Deus o abençoe, que você possa ser realmente aquilo que todos nós queríamos que fosse, o grande líder de todos nós da Oposição aqui da Assembleia Legislativa. Desde o dia em que criamos a Liderança da Oposição nós aguardávamos por esse dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB, com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna, para fazer nesta tarde um agradecimento aos companheiros de Bancada, deputados do PTB, que têm assento nesta Casa. Durante dois anos, exerci a Liderança Partido Trabalhista Brasileiro neste Parlamento, com muita responsabilidade. Um partido que nesta Casa tem a maior Bancada de deputados, neste período Legislativo. Um partido que ostenta em suas bases do maior conceito, da mais alta credibilidade de um partido que ocupa neste Poder Legislativo a presidência desta Casa, a 1ª Secretaria e acaba dividindo a responsabilidade de ter nos seus quadros um grande número de secretários de Estado do governo Jaime Lerner.

Portanto procuramos, no exercício da Liderança do PTB, durante esses dois anos, trabalhar dentro do espírito que sempre norteou a nossa vida pública, consultando os companheiros, respeitando os companheiros de Bancada, mas sempre sabendo das dificuldades que tínhamos até em função de sabermos e conhecermos as nossas limitações.

Mas nunca nos faltou por parte dos companheiros de Bancada, a sinceridade, o companheirismo, o desprendimento de estender a mão amiga ao deputado Traiano, mesmo nas dificuldades em que vivemos.

Diante de lideranças tão expressivas que o PTB ostenta nesta Casa e nos Estado do Paraná, procuramos com galhardia fazer com que a sigla PTB realmente ocupasse o espaço que lhe é reservado no cenário político paranaense.

Reunidos na noite de ontem, o partido por unanimidade, definiu e escolheu o seu novo líder. Gostaríamos nesta tarde, senhores deputados, de anunciar que a partir de hoje, ocupa a Liderança do PTB o companheiro valoroso, extraordinário, combativo, um companheiro desprendido, destemido, trabalhador e ousado, alguém que, na verdade, faz do Parlamento, um verdadeiro sacerdócio. Alguém que ao longo de sua vida pública, temos acompanhado a sua luta em defesa da sociedade paranaense e tenho a confiabilidade e a certeza de que o PTB terá estará em boas mãos, na liderança do deputado Algaci Tulio que, a partir de hoje, passa a responder pela liderança deste partido, neste Parlamento.

Portanto, de forma especial, aos companheiros da Bancada do PTB que agradecer a todos que nos ajudaram e tiveram a compreensão de entender as dificuldades que o deputado Traiano teve como líder do PTB, porque temos, dentro dos quadros do PTB, verdadeiras estrelas do cenário político paranaense, entre elas, deputados Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Nelson Justus, secretário de Estado; sem nenhum demérito aos demais parlamentares porque todos eles, à medida do possível, têm o seu poder de representatividade nesta Casa e no Estado do

Paraná com muita eficiência. Por isso, nesse momento em que deixo a Liderança do PTB, com muita humildade quero dizer e pedir àqueles que na minha Bancada conviveram comigo, que, se em algum momento o deputado Traiano foi intransigente, que deixou de ser acessível aos clamores da Bancada do PTB, com muita humildade e com as limitações que tenho, quero, neste Parlamento, pedir desculpas aos meus companheiros de Partido e tenho a certeza que a partir de agora, o deputado Algaci Tulio, com toda a competência que lhe é reservada, haverá de fazer um extraordinário trabalho na condução da Liderança do PTB.

Obrigado

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Desejo cumprimentá-lo pelo seu trabalho na condução da liderança do PTB e dizer que procuramos contribuir para facilitar o trabalho do líder do partido e espero, nesta tarefa que assumo a partir desta data, procurar corresponder ao máximo, respeitando a individualidade dos companheiros que fazem parte da Bancada.

Vamos procurar, nos espelhando no trabalho feito por Vossa Excelência, conduzir da melhor maneira possível os trabalhos do Partido, enaltecendo o nosso PTB que tem hoje o presidente e 1º secretário da Assembléia. Enfim, Partido que tem uma das maiores Bancadas dentro desta Casa e tem peso importante na discussão e andamento dos trabalhos aqui na Assembléia Legislativa. Quero cumprimentá-lo pelo trabalho desenvolvido e pela confiança que me depositaram unanimemente os dez componentes do PTB e anunciar que na segunda-feira, ao meio-dia, teremos uma reunião da Bancada com o nosso líder nacional, José Carlos Martinez e com o nosso atual presidente estadual.

Vamos nos reunir e quem sabe já direcionar algumas posições do Partido e discutir e definir nesta reunião da próxima segunda-feira, quem será o presidente estadual do nosso PTB. Uma luta de todos nós parlamentares, de que o Partido fosse dirigido por alguém que tivesse mandato parlamentar. Tivemos a paciência, o partido compreendeu e abre esta possibilidade. Com todo esse quadro extraordinário que tem o PTB e seus componentes, não poderia estar sendo dirigido por alguém que não tem mandato parlamentar.

Quero convocar para segunda-feira, às 12:00 horas esta reunião, aqui na Assembléia, e mais uma vez me colocar à disposição e procurar também ter de Vossa Excelência, pela experiência que obteve na condução do Partido nesses últimos dois anos; traga também a sua contribuição a este parlamentar que assume esta missão difícil de ser líder do nosso PTB.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço, deputado Algaci Tulio, pelas suas considerações e tenha certeza Vossa Excelência, de que o

deputado Traiano como os demais parlamentares, serão parceiros, com certeza, do seu trabalho na Casa, visando sempre buscar a unidade do grupo partidário, do PTB, já dentro desta linha de buscarmos uma alternativa que possa nos dar uma luz em termos partidários a partir da semana que vem, escolhendo o novo presidente do PTB, dentro do espírito de harmonia que sempre procuramos apregoar dentro do nosso Partido. E, tenho certeza, de que o PTB vai escrever uma bela história no Estado do Paraná durante este exercício do ano 2001 e com certeza, ainda mais, no ano 2001 quando vamos buscar o espaço que lhe é reservado no cenário político estadual, quem sabe, buscando uma candidatura majoritária aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado ao deputado Algaci Tulio e aos demais deputados do PTB, e a certeza de que - deputado Algaci, o deputado Traiano aqui estará com espírito desarmado para poder lhe ajudar nesta batalha que será muito importante para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Assumo, neste dia, a Liderança das Oposições, com naturalidade. Tenho uma longa caminhada percorrida. Vereador por duas vezes, antes de ser prefeito por três vezes e sendo deputado por mais três vezes. Sou fundador do MDB. Sou fundador, do PDMB. Presidi o partido em momentos difíceis, ainda mais pela minha natureza, pelo meu viés ideológico.

Um grande pensador inglês dizia o seguinte: “O estilo é o homem. Cada um tem o seu estilo”. O meu é esse. Fiz essa longa caminhada dentro da atividade política antes ainda de ser vereador, militando na luta estudantil para que nós, brasileiros, fizéssemos a nossa independência. Infelizmente, não conseguimos - até os dias de hoje.

Estou sucedendo alguns companheiros que me antecederam. Recusei assumir a liderança das Oposições nas outras oportunidades. Agora, estou aqui, esperando poder cumprir mais essa tarefa que estão me delegando. Antecedido pelos deputados Edgar Bueno, Irineu Colombo e Orlando Pessuti que fizeram um trabalho muito bom, um trabalho inicial, desempenharam essa missão com competência. E espero, também, ter um trabalho que possa ser reconhecido. O Pessuti falou até do passado quando tive determinada influência na sua vida, na entrada dele na disputa eleitoral.

Lembro e não me arrependo, Pessuti, de ter trabalhado tanto para que nós, naquela oportunidade, tivéssemos na Vale do Ivaí, representação, porque na realidade, eu, como presidente do Partido, na época, queria chegar ao Palácio Iguazu, para transformar a vida política e a

situação social que vigorava neste Estado. Acho que conseguimos sucesso nisto aí.

Hoje tenho uma tarefa que acho que é maior ainda, porque não é fácil um homem como eu, que tenho com muita definição, minha linha de comportamento político e ideológico definidos, saber interpretar aqui o que vai na cabeça de tantos e tão valorosos companheiros.

Como líder de Oposição, vou procurar ser o mais humilde dos membros da Bancada de Oposição. E tenho a obrigação de saber representar a maioria que existe dentro da bancada de Oposição e não fazer prevalecer meu ponto de vista individual: Sou homem de trabalhar em conjunto, já dei mostras, apesar de ter sido sempre chamado de radical, já dei mostras de ser um homem do diálogo, do contraditório, de ouvir, porque presidi o PMDB, talvez num momento mais delicado, que foi daquele de sairmos da ditadura militar para o regime democrático, na hora em que estávamos incorporando o PP ao PMDB. E eles falavam: “Imagine um comunista como este deputado, presidir João Elísio Ferraz de Campos, Jaime Canet e tantos outros!”

Fui presidente do partido numa época em que o ex-deputado Anibal Khury foi meu secretário-geral. Nós trabalhamos muito e conseguimos ganhar as eleições.

Pessuti, quero ser fiel ao pensamento que foi expressado por você, como líder e Oposição durante estes últimos seis meses. Quero o apoio de todo mundo e já quero, como líder das Oposições, fazer um apelo aos deputados que compõem a base governista: sou um homem duro. Sou homem que vou firme nas minhas convicções. Não vou entrar em problemas menores, de maneira nenhuma. É preciso que se compreenda isto no Parlamento. Aqui é a casa democrática. Aqui é a casa do contraditório, do embate, do choque! E, meu caro deputado Baratter, vi o que Vossa Excelência, agora, na tribuna, falou tanto. Fez um libelo contra a privatização Telepar Brasil Telecom. E faço um apelo: vote pela não privatização da Copel, porque vai ser pior que a Telepar. Estas empresas, que ficaram sob domínio público e que hoje estão nas mãos destes “caçadores de lucros” não se preocupam com o ser. Nós ficamos despersonalizados. Perde-se o CPF. Perde-se a identidade para ficar nesta coisa globalizada.

Estava falando aqui, ontem, desta tribuna, lá no Afeganistão, os fundamentalistas islâmicos, fanáticos religiosos, o que fazem: não deixam nem as mulheres saírem às ruas. As mulheres têm que usar véus e não podem ir à escola. Eles são os fundamentalistas, os fanáticos do Islamismo, e eu respeito a religião deles.

Hoje, aqui no Paraná, nós temos os fanáticos, nós temos os fundamentalistas que querem é acabar com o patrimônio público deste estado, que foi construído ao longo deste anos, desde um esboço, de um embrião lá do velho Lupion, na década de 40. Logo em seguida de Lupion, vem Bento Munhoz da Rocha Neto, vendo o futuro, não se apegando a quizzilas, a pequenas coisas, a minoria a nonodas, como diria João Guimarães Rosa, o

grande escritor de Grande Sertão Veredas, olhou lá na frente, não olhando a verdinha de amanhã, que não resolve nada nem para o deputado, nem para o prefeito, muito menos para o município que não terá a sua estrutura modificada. essa caminhada veio e se construiu a Copel. E hoje essa empresa que é estratégica para a vida do Estado do Paraná não pode ser pulverizada nas mãos de quem: dos Brasil Telecom, das Telepar de hoje. Olha, foi um trabalho de gerações e gerações. gerações e mais gerações estiveram se somando ao trabalho para construir esse monumento que é a Copel, empresa rentável, competente, enxuta. Agora, na hora de se colher os frutos, o que é que se vai fazer com a Copel? Torrá-la e colocar amanhã na sua direção o senhor Ingo Hubert, que está lá como cavalo-de-tróia dentro dela para destruí-la por dentro, como uma infecção intestinal, dentro daquilo que o povo fez com tanto sacrifício.

Não me conformo com isso e faço esse redobrado apelo: votemos esse projeto de lei para que não se venda a Copel. Olha, vi um argumento esfarrapado, mentiroso: o Conselho Monetário Nacional não vai dar aval para que a Copel consiga recursos para fazer novos investimentos. E onde estão os recursos daquelas que já foram privatizadas? Onde é que estão? Não vieram, e eles jogam daquela maneira que sempre fizeram: não investem para fazer com que a demanda cresça, seja mais exigente e aí só aumentando o preço de tudo, e vão pegar o quê? O fillet mignon!

A Copel, senhores deputados, espero que continue sob o controle público. O Paraná já aprovou através de muitas e muitas pesquisas feitas que não quer a venda da Copel.

Falei ontem, dizendo ao deputado Moysés Leônidas, que na tribuna estava dizendo que estava defendendo o governador Jaime Lerner, a melhor maneira, disse ontem e repito, a melhor maneira de defender o governador para que ele não entre manchado na história e impedir que ele pulverize esse patrimônio público, votando contra, senão o Lerner vai entrar como usei aquela figuração, como um Joaquim Silvério dos Reis, aquele que traiu Tiradentes. E, no caso, aqui, Tiradentes é o povo do Paraná.

O que quero dizer é o seguinte: lembro que o Ulisses Guimarães, se não me engano, e isso está escrito naquela peça monumental que ele produziu quando foi promulgada a Constituição de 1988, eu estava lá, me emocionei, ele falava o seguinte: que o desgoverno é filho da penúria de recursos, esse desgoverno que está aí, porque não é governo, é desgoverno, ele chegou a essa penúria de recursos porque foi ele mesmo o autor da dilapidação.

Para que gastar dinheiro com jogos mundiais da natureza? Se não fosse o trabalho principalmente da imprensa, com o Luiz Geraldo Mazza todos os dias batendo, Jogos Mundiais da Safadeza. Não sou eu que estou dizendo. Estou repercutindo uma voz que representa o pensamento de milhares e milhares.

Então esta penúria de recursos faz o desgoverno. E pior - não sei para onde é que vamos nos deslocarmos, vejo o fundo do poço se pegarmos todo este dinheiro da Copel e vamos pulverizar. Senhor deputado, estão aqui 50 mil reais para você levar para o seu município. Olha, isto é de um insensatez que nenhum representante popular poderá se submeter a este tipo de política, mesmo que cause ali na eleição futura a sua derrota. Não posso me conformar com isto. Acho que é papel da Liderança das Oposições, da Oposição, de toda a Bancada do Governo fazermos esta caminhada, todos nós.

Ulysses, volto a repetir, dizia o seguinte: Vai PMDB, meu filho, em direção ao sol que à luz esta Assembléia Legislativa poderá fazer esta marcha luminosa, na direção da luz, se impedir a venda da Copel. Nós voltaremos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do governo (**Declina**)

Encerrada a hora do expediente e antes de entrarmos na Ordem do Dia queremos participar a todos os líderes partidários das siglas: PTB, PFL, PMDB, PSDB, PT e PSL, que face à aprovação do requerimento em data de ontem criando a Comissão Parlamentar Especial para acompanhar as investigações e apurações de denúncias de irregularidades em Maringá, esta Presidência solicita aos senhores líderes dos partidos já mencionados que façam as indicações dos senhores membros da referida comissão que será composto por sete membros, para, no prazo de 120 dias, apurar os fatos relacionados naquele requerimento até a sessão da próxima segunda-feira.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente, comunicando que faz parte do Partido Liberal, com assento nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Ademir Traiano, constante do expediente, informando que a partir desta data, o novo líder do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa, passa a ser o senhor deputado Algaci Tulio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Orlando Pessuti, na qualidade de líder da Bancada da Oposição, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para exercer a liderança da Bancada, com mandato até 31 de agosto do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Pastor Edson Praczyk constante do expediente de sessão ante-

rior, comunicando que a partir desta data, a senhora deputada Serafina Carrilho, responderá pela liderança do Partido Liberal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - DASAP norte paranaense, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Ensino de Castrolândia, com sede e foro no município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Política de Procedimentos Preventivos em relação a Obras de Arte na Construção Civil e criar a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL CONTRÁRIO DA C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 059/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beto Richa, autoriza o Poder Executivo a implantar Política de Procedimentos Preventivos em relação a Obras de Arte na Construção Civil e cria a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto a legalidade e constitucionalidade da proposta, não encontramos óbices a sua normal tramitação nesta Casa.

Nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 059/2000**

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Beto Richa, que visa autorizar o Poder Executivo a implantar a Política de Procedimentos Preventivos em relação a Obras de Arte na Construção Civil e cria a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil.

A Comissão de Constituição e Justiça instada a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, por unanimidade de votos aprovado o relatório do ilustre relator deputado Waldyr Pugliesi.

Senhor presidente, nos últimos 50 anos, não há em registro algum que seja, nenhuma situação grave com o uso de obras de arte.

Há ainda, que se levar em consideração que o dever da tutela das obras de artes especiais de propriedade pública, emana da Carta Magna e ou de lei específica estadual ou municipal as quais criaram unidades administrativas incumbidas de zelar e conservar o patrimônio público.

Quando o poder público concentra, centraliza poder, se constata, nos tempos recentes, em diversos casos, ineficiência, inoperância, pouca mobilidade e facilidade à prática de clientelismo e corrupção.

O lobby disfarçado no bojo deste projeto é uma prática nociva aos interesses da sociedade, e atenderá um pequeno grupo de engenheiros “especialistas” “habilitados”, tanto no poder público como no privado.

Por legítimo interesse público e defesa dos interesses seria muito mais benéfico e positivo, por exemplo, a integração das universidades, engenheiros, associações de classes e CREA/PR, na busca e proposta de soluções para a melhoria do sistema de transporte coletivo, redução de tarifas e propostas de habitação popular econômica e segura.

Assim sendo, ao analisarmos as questões de fundo, ou seja o mérito, nosso Parecer é Contrário a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do

Estado do Paraná a Leitura da Bíblia Sagrada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 075, de 12.06.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 190/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Praczyk, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 190/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Praczyk, autoriza o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entende que a inclusão da leitura da Bíblia Sagrada aos estudantes, tem como objetivo, elevar o conhecimento dos jovens em relação aos aspectos culturais que são de grande valia à vida humana.

Sendo assim somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do deputado Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 078, de 14.06.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/2000**

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Beraldin, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação

por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso Parecer Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - presidente
HERMES FONSECA - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 200/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Beraldin, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a medida ora proposta tem por finalidade colocar a disposição, técnicas e informações que obstruam a atuação dos meliantes, que vem desestabilizando as relações e informações proporcionadas pelo sistema.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 294/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma que autoriza o Poder Executivo, a criar através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 294/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa autorizar o Poder Executivo a criar através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, sobre a matéria ventilada neste projeto, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.03.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES- Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 172, de 29.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 407/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Péricles Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Moradores do Norte do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 172, de 29.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o “Centro de Apoio aos ex-moradores do Norte do Paraná”, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo-Ensino de 1º Grau, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 174, de 30.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO PROJETO DE LEI Nº 410/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo - ensino de 1º Grau, com sede e foro no município de Palmeira.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZENUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos em Cristo de Ouro Preto, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 175, de 04.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 415/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Unidos em Cristo de Ouro Preto, com sede e foro no município de toledo.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora.

O SR. HERMES FONSECA

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Peço Pela Ordem, senhor presidente, para dizer, que embora tenha votado pela constitucionalidade do projeto, item 04, que autoriza o Poder Executivo a implantar...(Lê), me reservo no direito de encaminhar, na próxima sessão, contrariamente a isso, visto que emiti um parecer contrário na Comissão de Obras, como relator, de um projeto que entendo nocivo à sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa requerimento nº 321, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 322, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 323 e 326, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. DUVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 327, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 330, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 193 e 252, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 204, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 231, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 235 e 237, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 244, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 261, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 308, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão, Durval Amaral, Moysés Leônidas, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 310, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 311, 313 e 328, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 312, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimentos nºs 314 e 315, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 318, 319 e 320, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 329, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 331, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 332, 333 e 334, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 335, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Antonio Baratter e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 253, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DUVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Senhores deputados que aprovam o Requerimento do deputado Antonio Anibelli queiram levantar-se. Oito senhores deputados votam pela aprovação.

Os deputados que recusam queiram levantar-se. Vinte senhores deputados. Está rejeitado o requerimento.

Esta presidência quer participar aos senhores deputados que teremos uma sessão extraordinária para eleição do corregedor e sub-corregedor, da Casa.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do prefeito de Assis Chateaubriand.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero deixar registrado nesta Casa que, para minha felicidade, me orgulho de estar no melhor parlamento da Nação brasileira. Meus advogados chegaram de Brasília, agora há pouco, com o relatório final da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, assinado pelo ex-presidente, Michel Temer, e nada consta contra nenhum deputado ou político da Assembléia Legislativa ou do Senado Federal. Isso é um orgulho para o Parlamento do Paraná. Quando estiver pronto e encadernado passarei às mãos de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ontem um requerimento da nossa autoria com relação as informações dos acionistas da Copel, foi solicitada a sua discussão, pelo Líder do Governo, e hoje ele não foi colocado em pauta, para apreciação, ou eu não ouvi Vossa Excelência submetê-lo a Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento de Vossa Excelência, deputado José Maria Ferreira, foi aprovado, no dia 07 de março, hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08 às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059, 190, 200, 294, 407, 409, 410 e 415/2000

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 2001.

Por que vender a Copel a toque de caixa?

Paulo Ferreira Muniz
Jornal Folha do Paraná

Altos representantes do governo, integrantes da Oposição e entidades estão discutindo o futuro da Copel, nossa maior e mais rentável empresa, hoje na fila para ser privatizada.

Para engrossar o caldo, fatos políticos e econômicos ocorridos no Paraná, no Brasil e no exterior, vêm contribuindo para formar um cenário intranquilo, desses em que os investidores se afastam de novos negócios até que as coisas se acalmem.

Aqui no Paraná, vozes de grande alcance tem se levantado contra a venda da companhia de energia. O manifesto do respeitável ex-senador e ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira nesta Folha, no dia 22 de fevereiro, certamente provocou em todos os paranaenses a necessidade de ombreamento para a defesa da Copel “Vantagens para quem”?, indaga José Eduardo, mexendo com os brios paranaenses, comparando o que o governo do Paraná, deseja ardentemente fazer com a Copel, aquilo que o governo Fernando Henrique pretende.

O ex-ministro aponta: “Já foram vendidas quase todas as grandes estatais quase todas as grandes estatais brasileiras e a cratera o déficit está se tornando abissal, um buraco negro sideral.

Felizmente, há muitos que estão com os pés no chão sobre a desestatização. Os recém eleitos presidentes da Câmara Federal Aécio Neves, e do Senado, Jader Barbalho, já se mostraram contrários ao programa federal para privatizar as estatais de energia até 2004, o que pode motivar mudanças. Notícias do enfraquecimento da Agência Nacional de Energia (Aneel) são desestimulantes para novos investimentos no setor, Além disso, dificuldades de operação do Mercado Atacadista de Energia (MAE), destinado a centralizar as operações de compra e venda de eletricidade são preocupantes.

Como se estes pontos ainda não bastassem para confundir o mercado, o quadro verificado no Paraná é um complicador. Fatos como a batalha jurídica com São Paulo em torno dos incentivos fiscais e as denúncias feitas pelo ex-secretário da Fazenda de Maringá. Luiz Antonio Paolicchi, sobre o envolvimento de autoridades em esquemas de corrupção, são claros sinais de que este não é o momento de passar a Copel para frente. Este é um assunto importante demais para ser tratado a toque de caixa.

Avalio que o principal motivo que possa levar um Estado a ser proprietário de uma empresa como esta é o fator estratégico.

Como tem dito o próprio secretário estadual de Planejamento, Miguel Salomão, a realização da reforma tributária (que deve voltar a ser discutida no Congresso este ano) vai acabar com a concessão de incentivos fiscais pelos Estados, prática conhecida como guerra fiscal.

Com isto, as empresas passarão a observar outras vantagens comparativas entre os Estados, no momento de decidir onde instalar uma nova unidade, como a disponibilidade de energia. Importante registrar que a energia produzida pela Copel é a partir de recursos renováveis produzida em hidrelétricas, mais econômica que as produzidas em termelétricas.

Em meio a estes fatos, o programa de desestatização do setor elétrico nacional não vem apresentando boas novas em outros Estados.

Hoje, 22 das 30 distribuidoras estatais de energia do País, já foram vendidas para o setor privado.

Empresas como a Ligth do Rio de Janeiro: a Companhia Paulista de Força e Luz (CFL) e a Bandeirante as duas de São Paulo: a Cemig em Minas Gerais e a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, já foram vendidas, sem que os grupos que as assumiram tenham anunciado, novos investimentos de porte para melhorar o atendimento à população.

Estão resistindo à venda a Copel, a Celesc (SC) e a Cepisa (PI).

Então, em meio a um cenário tão complexo, o melhor a fazer não é esperar a poeira baixar e, de camarote, aguardar o momento certo de tomar a decisão sobre a Copel?

Enquanto isso poderíamos ter um plebiscito.

Não apenas para determinar se a população concorda com a venda, mas para debater outras alternativas para evitar que a Copel seja transferida.

A importância estratégica da Copel pode ser mensurada por números.

Em artigo escrito no ano passado, o secretário Miguel Salomão constata que a empresa construiu ao longo de seus 46 anos de história uma capacidade geradora superior ao consumo.

O texto informa que enquanto a Copel conta com capacidade geradora próxima aos 113 mil GW/h/ano, a energia consumida dentro do Estado no ano de 2000 foi cerca de 18 mil GWh.

Diz ainda que essa energia, quando comercializada no Estado, custa a preços de consumidor final cerca de R\$120/MWh e ainda sofre a tributação de ICMS, com alíquota de 25% gerando recursos para a administração estadual.

Porém quando exportada para outras unidades da federação esta mercadoria alcança o preço médio simbólico de R\$30/MWh.

Portanto, basta uma simples regra de 3 para demonstrar, em cálculos grosseiras, que quando vende a energia para outros Estados a preço vil, a Copel acaba financiando o desenvolvimento industrial de outras praças.

Os 95 GW/h/ano de energia que tem o custo médio de R\$11,4bilhões estão sendo vendidos por pouco mais que R\$2,85 bilhões.

O fato é que isto representa 75% de desconto, quando comparados aos preços internos.

É negócio da china para os outros.

É justamente esta energia que proponho que fique aqui, incentivando o desenvolvimento industrial e o aumento de arrecadação de impostos do Estado, o que traria mais recursos para serem investidos em programas sociais.

Imagine-se o que ocorreria caso o governo do Estado criasse um programa de incentivo empresarial baseado no aproveitamento por novas empresas deste excedente de energia elétrica.

Aqui, o programa traria incentivos para os novos contratos de compra de energia elétrica das empresas já em operação, e para outras que aqui viessem implantar os seus negócios.

Assim mesmo, mantendo o preço de comercialização de R\$30 MW/h, o ICMS gerado pelo consumo interno desta energia - em torno de R\$700 milhões - já compensaria a realização do programa, pois traria uma arrecadação que hoje não é cobrada quando a energia excedente é exportada.

Portanto, com o fim da guerra fiscal a importância da Copel cresce sensivelmente desde que explorada com inteligência.

Por que o governo quer vender um ativo que dá lucros? Entre suas justificativas, as autoridades estaduais apontam a pouca competitividade de qualquer empresa estatal no setor elétrico, após a desregulamentação da atividade a partir de 2004.

Este discurso ancorado no conceito do liberalismo econômico, que prega a redução do papel do Estado na sociedade, busca encontrar adeptos para vender a Copel.

Dos recursos desta operação, 70% serão aplicados na área previdenciária e 30 restantes em educação, segurança e desenvolvimento.

Entretanto, há quem diga que a venda a Copel busca na verdade reunir fundos para cobrir o déficit, nas contas do governo estadual, decorrente de práticas opostas a este conceito liberal, como a criação de novos cargos administrativos nos últimos seis anos.

O fato é que a Copel é uma empresa vencedora apesar de estatal. Segundo pesquisa da Aneel, é a empresa que melhor atende e que apresenta os melhores índices de satisfação entre seus clientes.

A Copel vem alcançando evolução patrimonial desde a sua fundação há 46 anos. Em 1998, contava com o patrimônio de R\$4,5 bilhões, que evoluiu a R\$44, bil-

hões no ano passado, quando a companhia alcançou lucro de R\$288,7 milhões.

Projetando este desempenho, percebemos que em pouco mais de dez anos, o comprador da Copel vai conseguir recuperar o seu investimento.

Que ninguém se iluda: ocorrendo a privatização da Copel, seus novos controladores vão utilizar de todos os mecanismos para aumentar seus lucros e neste contexto poderão até artificializar a escassez da oferta de energia para valorizar as tarifas.

Além do mais, causa muita estranheza saber que o governo do Estado quer vender a Copel por R\$3 bilhões, se a companhia recebeu R\$14 bilhões em investimentos ao longo dos anos.

Algun fio está desencapado no circuito.

* Paulo Ferreira Muniz, é industrial em Londrina, presidente da Associação dos Abatedouros e Produtos Avícolas do Paraná (Avipar).

1930 - 2001

MÁRIO COVAS

Aos 70 anos, morre o governador de SP

da Redação

O governador Mário Covas, 70, morreu às 5h30 de hoje no Instituto do Coração, em São Paulo, de falência múltipla dos órgãos. Vítima de câncer detectado há dois anos, estava internado desde o dia 25, com infecção generalizada. O enterro será no Cemitério do Paquetá, em Santos, amanhã. O velório será no Palácio dos Bandeirantes, a partir das 12h de hoje.

Iniciado na política pelo presidente Jânio Quadros (1917-92), em 40 anos de vida pública Covas só não alcançou a Presidência da República -seu maior sonho. Em 1989, foi apenas o quarto mais votado no primeiro turno.

Em uma das mais importantes passagens de sua carreira, Covas liderava, em 12 de dezembro de 1968, o MDB (oposição) na sessão histórica da Câmara que negou ao regime militar a possibilidade de processar o então deputado Márcio Moreira Alves, que fizera um discurso considerado ofensivo pelas Forças Armadas.

O Ato Institucional nº 5, decretado no dia seguinte, levou à cassação de direitos políticos de várias pessoas, Covas incluído. O retorno dele à política só veio com a redemocratização: em 1983, foi nomeado prefeito de São Paulo.

Ao contrário do ocorrido com o presidente eleito Tancredo Neves, quadro do governador não foi mascarado pelos envolvidos.

Covas fez questão de tornar a doença pública

Patricia Zorzan

Divulgando em detalhes a evolução de sua doença, o governador Mário Covas, 70, abriu um precedente histórico no país que viu o presidente eleito Tancredo Neves, vítima de um processo infeccioso causado por um tumor benigno perfurado, morrer -oficialmente- após

complicações iniciadas com um "divertículo de Meckel" (uma protuberância no intestino delgado resultante de má-formação congênita).

Apesar disso, nem sempre o que era divulgado correspondia exatamente ao quadro clínico do governador. Os médicos de Covas afirmam que, para preservá-lo, omitiram dados sobre o câncer de bexiga que o levaria à morte.

"Ele disse que queria tudo divulgado, que tinha sido eleito pelo povo e que, por isso, devia explicações ao povo", declarou o médico particular do governador desde 1987, David Uip.

"O governador deixou em minhas mãos decidir sobre o que seria dito e nunca reclamou. O que não revelamos não era essencial."

Foi assim no dia 4 de dezembro de 1998, quando Uip afirmou que Covas havia sido submetido a uma cirurgia para a remoção de um tumor na bexiga e de outro, benigno, na próstata.

A informação oficial era a de que o tucano havia sido internado na noite anterior devido a uma infecção na próstata causada por bactérias (prostatite). Apenas na operação o tumor na bexiga teria sido encontrado. Os médicos, entretanto, já estavam cientes da existência do câncer no órgão.

Antes da intervenção, exames feitos pelo urologista Sami Arap- diante das reclamações de Covas de que sentia dores para urinar- indicaram que o quadro ia muito além da prostatite.

"Fiz uma confusão na época. Foi a biopsia da bexiga que motivou a cirurgia", admitiu Uip no último dia 8 de fevereiro.

O tumor de bexiga, de um tipo raro, foi identificado como de agressividade três em uma escala que varia até quatro. Quanto maior o grau, mais grave a doença e menor a sobrevida do paciente.

Confirmado o câncer, o governador seria submetido a outra intervenção, dez dias depois, para a remoção do tumor e também da bexiga, da próstata, das vesículas seminais (reservatórios de sêmen) e dos gânglios linfáticos (estruturas que fazem parte do sistema de defesa do organismo).

A esperança de cura definitiva, dizem hoje os médicos, estava nessa cirurgia, que resultou na construção de uma bexiga (neobexiga) com partes do intestino.

Mas material coletado nos tecidos e analisado pelo Memorial Sloan Kettering Cancer Center, de Nova York, indicou que eram de 70% as chances de reincidência.

O número, conforme Sami Arap, foi omitido não só do público, mas também do próprio governador. "Não havia por que dizer isso. Ele acabava de sair de uma cirurgia, aparentemente, bem-sucedida", declarou Arap.

No final de 2000, Covas se queixou de problemas para defecar e de dificuldades para engordar. "Tem

alguma coisa errada", disse a Uip, segundo relato do médico.

Testes revelaram, então, alterações em um exame de sangue e a existência de uma pequena fissura próxima à região anal, de um pólip (espécie de verruga) no intestino e, hoje se sabe, de uma área inflamada no mesmo órgão.

Durante a cirurgia para o tratamento da fissura e para a retirada do pólip, também foi colhido material para análises.

Embora a biopsia do pólip tenha revelado que ele era benigno, estudos no tecido inflamado indicaram que a previsão dos norte-americanos estava correta e que o câncer estava de volta. Desta vez, envolvendo o reto.

Um outro tumor no intestino delgado ainda seria descoberto na cirurgia para a remoção da lesão no reto, em 21 de novembro.

Esse segundo câncer no intestino caracterizaria, conforme os médicos, a ocorrência de metástase, isto é, a contaminação de outros órgãos pela doença. Diante da repercussão da existência de metástase, os médicos recuaram.

"Quisemos deixar a coisa meio cinza para preservar o governador", disse Arap. "Covas sempre soube de tudo", rebate Uip.

Meninge

Na tentativa de eliminar os dois novos tumores, foram retirados o reto e dez centímetros do intestino delgado. Com a perda do reto, o governador foi submetido a uma colostomia definitiva para a criação de uma forma de evacuação por via não-natural.

"Tinha medo. Mas como posso reclamar disso se Deus me deu a vida? E quem ganha o principal não pode discutir o acessório", disse Covas sobre a colostomia.

A gravidade do quadro tornava necessária uma forma complementar de tratamento, mas, por debilitar o organismo, a quimioterapia preocupava os médicos. Em 1999, Covas teve a quarta sessão quimioterápica suspensa devido à sua fragilidade.

Foi adotada então a imunoterapia, um tratamento experimental feito com uma droga não disponível para o consumo comercial.

Mas apenas uma sessão chegou a ser feita. Queixas de dores de cabeça associadas a dificuldades de locomoção levantaram a suspeita de problemas neurológicos.

Quatro dias antes do Natal, Covas, na primeira aparição pública externa depois da alta, caminhou apoiado em sua mulher, Lila.

Em 11 de janeiro, o governador demonstrou dificuldades para raciocinar e pronunciar palavras ao discursar em uma cerimônia.

Dois dias depois, exames confirmariam células cancerosas na meninge (membrana que reveste o cérebro e a medula espinhal).

Cada vez mais debilitado, Covas passou a usar uma cadeira de rodas e, depois de uma queda no banheiro

de casa de madrugada, foi internado repentinamente para o início da quimioterapia.

Com alterações em seu estado clínico e inchaço nos braços e pernas, em 21 de janeiro foi aconselhado por Uip a afastar-se do cargo. Pediu a noite para pensar e, na manhã seguinte, comunicou que deixaria o comando do Estado.

Apesar do afastamento, Covas fez questão de continuar participando de cerimônias e inaugurações. Uma ligeira melhora o levou a desistir definitivamente, em 12 de janeiro, de sua agenda extra-oficial para se dedicar à fisioterapia. Poder caminhar era a condição imposta pelo próprio Covas para retornar ao governo.

Mas, no dia 25 de fevereiro, seu quadro clínico se agravou e ele foi levado às pressas da praia, onde passaria o Carnaval, para o Incor.

Ao longo da semana, alterações complicaram seu estado. Além de uma infecção, foi descoberto um edema pulmonar agudo.

Segundo a Folha apurou, os médicos desistiram de entubá-lo diante da evidência de que a sedação necessária para isso poderia levar fazer com que Covas não acordasse mais. Depois do edema agudo -acúmulo excessivo de líquidos-, ainda foram constatadas taquicardia, obstrução intestinal, insuficiência respiratória e uma pneumonia. No domingo, Covas sofreu convulsões e perdeu a consciência. Segundo os médicos, era "o final de uma luta" de dois anos e meio.

O AVANÇO DO TUMOR

4.dez.98

Foi operado para a remoção de um tumor na bexiga e outro, benigno, na próstata.

14.dez.98

Sofre nova cirurgia, desta vez para a remoção do tumor e também da bexiga, da próstata, das vesículas seminais (reservatórios de sêmen) e dos gânglios linfáticos (estruturas que fazem parte do sistema de defesa do organismo). Uma nova bexiga é construída com partes do intestino.

21.nov.2000

Durante cirurgia para a remoção de tumor no reto, é descoberto outro tumor, de três milímetros, no intestino delgado. Foram retirados o reto e dez centímetros do intestino delgado. O governador foi submetido a uma colostomia.

15.jan.2001

Covas faz exames que confirmam a presença de células cancerosas na meninge (membrana que reveste o cérebro e a medula espinhal). Para o médico de Covas, David Uip, esse resultado significa que há metástase -contaminação de outros órgãos pelo tumor maligno de bexiga detectado em 1998.

25.fev.2001

Viaja às pressas de Bertioga, onde descansava, para o Incor, onde permaneceu até a morte. Em sua última internação, Covas teve infecção generalizada.

Mário Covas Júnior entrou na política pelas mãos de Jânio Quadros, combateu o regime militar e foi um dos fundadores do PSDB

Presidência foi o único sonho não alcançado

Quando criança, Mário Covas Júnior sonhava em ser presidente. Do Santos F.C., o clube da cidade (Santos) em que nasceu no dia 21 de abril de 1930. Nem tentou. Já adulto, sonhou de novo em ser presidente. Da República. Tentou, em 1989, e perdeu.

A morte impede que volte a tentar em 2002, justamente quando, na opinião de dez entre dez líderes do PSDB, seu partido, era o candidato natural para suceder a Fernando Henrique Cardoso, pelo menos até ser operado de um câncer na bexiga, no final de 1998.

A Presidência foi o único sonho que as urnas negaram a esse engenheiro convertido em político 24 horas por dia. Por meio delas, foi tudo o mais: deputado federal por três vezes, senador (87/95) e governador de São Paulo (95 até morrer). Sem contar o posto de prefeito da capital paulista, embora biônico (83/85).

Nem essa longa carreira pública permite, no entanto, que se aplique a Covas um rótulo fácil, ao contrário do que ocorre com a maioria dos políticos brasileiros.

Começou janista, eleitor e partidário de Jânio Quadros, o efêmero presidente eleito em 1960 e que renunciou no ano seguinte. Jânio é, talvez, o mais escrachado exemplo de populista em um país em que o populismo teve incontáveis expoentes.

Foi Jânio, aliás, quem puxou Covas, então engenheiro da Prefeitura de Santos, para a política. Necessitava de uma jovem e promissora liderança e encontrou-a em Covas, a quem Saulo Ramos, fiel escudeiro do então presidente, convenceu a disputar a prefeitura.

Perdeu. Mas ficou na política. E foi colidir de frente com seu iniciador no ofício: prefeito de São Paulo, Covas trabalhou intensamente pela candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso para sucedê-lo, em 1985, na primeira eleição direta para a prefeitura da capital paulista depois de quase 20 anos de administradores nomeados pelo governador. O adversário era justamente Jânio Quadros. Covas perdeu de novo.

Foi conferir os mapas de votação e descobriu que Jânio tivera mais votos que Fernando Henrique Cardoso mesmo em bairros periféricos nos quais a prefeitura de Covas realizara muitas obras.

"Carências dessa gente"

"São tantas as carências dessa gente que o poder público é visto como opressor. E o voto vai para a oposição", filosofou.

O ziguezague entre o janismo e o antijanismo, na política, pode ser encontrado também nas características pessoais de Covas. É difícil dizer quem era o Covas verdadeiro, se o "Zuza", carinhoso apelido de infância usado

pela família e por uns poucos amigos íntimos, ou se "o espanhol", tomado como sinônimo de teimoso e mal-humorado, mas também como referência à origem da família Covas (Pontevedra, cidade da Galícia, no norte da Espanha).

Talvez ambos fossem verdadeiros. Para os amigos, a família e os correligionários mais fiéis, era o "Zuza", capaz de encostar o umbigo no balcão de qualquer botiquim para conversar fiado com eleitores. Para os demais assessores e para a maioria dos jornalistas, era o "espanhol", cheio de cobranças, idéias fixas e um mau humor que oscilava entre autenticidade e símbolo de austeridade.

Para o próprio Covas, o "Zuza" deveria ser o verdadeiro. "Quem nasce na Baixada (Santista) não pode ser mal-humorado", chegou a dizer certa vez.

Austeridade talvez seja a única qualidade que nem os adversários lhe negam. Quando explodiu no noticiário o papelório que ficou conhecido como dossiê Caribe, sobre uma suposta conta conjunta de Covas, FHC, Sérgio Motta e José Serra em um paraíso fiscal, o presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu com bom humor: "Se já é difícil fazer negócios lícitos com o Mário, imagine então negócios ilícitos".

O governador de Santa Catarina, Esperidião Amin (do PPB, o mais encarniçado adversário de Covas), conta que o paulista levava um livro-caixa com anotações de todas as suas receitas e despesas desde muitos anos.

Mas austeridade nem sempre é qualidade valorizada pelo eleitorado. No dia em que assumiu o Estado, no primeiro mandato, não havia dinheiro em caixa nem para pagar "papagaios" que venciam naquele mesmo dia, sem contar a ameaça da Petrobras de cortar o fornecimento de gasolina para os veículos oficiais por causa de dívida acumulada.

Impopularidade

Covas não teve remédio senão passar os três primeiros anos de sua gestão arrumando a casa, investindo pouco. Resultado: a impopularidade que o levou a sofrer imensamente para passar para o segundo turno, ao disputar a reeleição, em 1998. Teve apenas meio ponto percentual mais que a petista Marta Suplicy, que jamais havia disputado um cargo majoritário na vida (22,95% x 22,51%) -um número baixo para quem acumulara recordes eleitorais.

Foi o senador mais votado da história republicana, ao eleger-se, em 1986, com 7.785.667 votos. Foi também o governador mais votado da história, no segundo turno de 98 (9.800.253 votos). Claro que se beneficiou do fato de São Paulo ser, de longe, o Estado com maior número de eleitores no país.

Covas era igualmente uma espécie de ser híbrido: alma de político, cabeça de engenheiro (sua profissão original, diplomado pela mais famosa escola do ramo, a Politécnica de São Paulo).

De alguma forma, híbrido também no aspecto religioso: embora espírita, jamais fez alarde dessa condição e nunca deixou de cultivar amigos de outras religiões, em especial a católica (o cardeal-arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns) e a judaica (o rabino Henry Sobel).

Como político, especialmente em cargos no Congresso, participou de todas as principais articulações do país tanto antes como durante o regime militar (64-85).

Regime militar

Articulou, por exemplo, a rejeição pela Câmara da licença para processar o então deputado Márcio Moreira Alves, em 1968, que fizera discurso considerado ofensivo pelos militares.

Covas era líder de um bloco de pequenos partidos, entre os quais o seu, o PST (Partido Social Trabalhista). "O governo tem medo do povo", chegou a dizer.

A licença para processar Moreira Alves foi de fato negada, mas a reação dos militares foi violenta: editaram o Ato Institucional número 5, um dos mais poderosos instrumentos de arbítrio que o país conheceu, fecharam o Congresso, cassaram mandatos.

Covas foi um dos parlamentares cassados (dia 16 de janeiro de 1969, um mês e três dias depois de editado o AI-5). Ficou dez anos no ostracismo, com os direitos políticos suspensos. Saiu da hibernação forçada em 1979 e ingressou no segundo partido de sua vida, o PMDB (o terceiro seria o PSDB, que ajudou a criar, em 1988).

Político engenheiro

Como administrador, prevalecia, no entanto, o cérebro de engenheiro. Era capaz de citar de memória, sem consultar um único papelucho, números relativos a ações de várias das secretarias de Estado. No caso de porcentagens, ia, sem pensar duas vezes, até a segunda casa decimal.

Mas a alma de político revelava-se também, com clareza, na capacidade de antever fatos menos por uma avaliação sociológica e mais por puro instinto.

Foi assim com o AI-5. Oito meses antes, Covas dizia, da tribuna da Câmara, que o governo militar caminhava para se tornar prisioneiro da lógica da força e da violência. Vinte anos depois, o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, despachou um emissário para propor a Covas a seguinte chapa presidencial: Covas presidente, Collor vice.

"Não confio nesse sujeito", devolveu Covas. O tempo lhe daria razão. Collor, em vez de vice, foi candidato e se elegeu, mas apenas para se tornar o primeiro presidente da história do país a ser expulso do cargo pela via constitucional, a do impeachment.

Covas ainda daria um segundo "não" a Collor. O então presidente chegou a convidar Tasso Jereissati, governador do Ceará, e Fernando Henrique Cardoso para uma conversa destinada a convidar os tucanos a partici-

par de seu governo, que passaria então a ser de "notáveis", como a mídia da época batizou o ensaio.

Antes mesmo que Tasso e FHC anunciassem a decisão, Covas gritou "não" de público e inviabilizou a hipótese de as plumas do tucanato enfeitarem o governo do homem em quem não confiava (FHC diz, uma e outra vez, que a decisão dele e de Tasso também era essa e que, portanto, não foi Covas, sozinho, quem inviabilizou a operação).

Plano Real

A intuição que o levou a rejeitar Collor funcionou de novo em 1995, quando o governo Fernando Henrique e boa parte do público ainda estavam em lua-de-mel com um Real sobrevalorizado em relação ao dólar. Covas dizia à revista "Carta Capital": "Acho que o Real come-teu o pecado do orgulho. Não precisaríamos dar de graça 20% em cima do dólar, porque isso acaba criando problemas no futuro".

Quatro anos depois, o "futuro" cheio de "problemas" chegou, com a crise que vitimou a moeda.

Quando o intuitivo, no entanto, deixava-se dobrar pelos marqueteiros, o resultado era bem diferente. Foi assim na campanha presidencial de 1989. Para afastar a fama de esquerdista, que criara como líder do PMDB no Congresso constituinte, Covas fez um discurso para marcar posição inversa: defendeu um "choque de capitalismo" no Brasil.

Provocou certo "frisson" nos setores conservadores, que o viam como perigoso, estatizante e nacionalista, mas nem assim sua candidatura decolou. Terminou atrás dos verdadeiros esquerdistas (Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola) e, é claro, de Fernando Collor, o vencedor.

Derrotas

Perderia de novo no ano seguinte, na eleição para governador, mas se recuperaria com duas vitórias consecutivas, sempre para governador (em 94 e 98).

Mas acabou derrotado pela doença, aliás, por uma sucessão delas. Em 86 e 87, sofreu infartos. Após o segundo deles, teve implantadas duas pontes de safena e uma mamária. Em 93, extraiu a vesícula. Em 94 e 95, foi internado por conta de uma erisipela (infecção na pele causada por bactéria).

Em maio de 98, outra infecção (herpes-zoster) atingiu parte da cabeça e do lado direito da testa. Em outubro de 2000, um pólipso no intestino revelou-se um tumor maligno.

Quando saiu do hospital, após tratar do segundo ataque de erisipela, disse aos jornalistas: "Não tenho planos de morrer nos próximos quatro anos. Me elegeram, agora terão que me aguentar".

Os eleitores aguentaram, tanto que o reelegeram três anos depois. Mas, desta vez, o plano de não morrer foi frustrado.

Mulher, que esteve ao lado do governador até o final da vida, tinha 13 anos quando o viu pela primeira vez, em jogo de basquete; ele, 16 anos

Família acompanhou carreira de perto

do Banco de Dados

Mário Covas Júnior nasceu em uma família rica - seu pai era comerciante de café, em Santos - e teve uma educação tradicional característica dos filhos da elite paulista. Estudou nos melhores colégios, praticou esportes e se casou com a namorada que vinha do mesmo estrato social que o seu.

Aos 15 anos, Covas acompanhou a separação dos pais, Mário e Arminda. Como a irmã Nídia morava em Curitiba, Covas passou a ser o único elo de ligação entre os pais.

Relembrando esse episódio, Covas declarou certa vez: "Isso nem sempre é fácil. Obriga a gente a amadurecer rápido. Em vez de você procurar ombros para se apoiar, seus ombros começam a ser procurados. Eu tinha boa relação com ambos. Não sei se estou dando a meus filhos o que recebi de meus pais".

Papel de Lila

Os filhos, Renata Covas Lopes e Mário Covas Neto, o Zuzinha, dificilmente reclamariam. Muito ligados aos pais, aprenderam cedo que a mãe, Lila, acumularia muitas vezes os papéis de pai e mãe.

Afinal, ainda pequenos, acompanharam a rotina de viagens do pai deputado federal, eleito pela primeira vez em 1962, que permanecia em Brasília durante a semana e só voltava para casa nos finais de semana.

A casa, no entanto, ficava sempre de portas abertas para amigos, políticos e correligionários.

O espaço destacado de Lila na família é revelado por uma declaração de Zuzinha sobre o relacionamento de seus pais: "Ele é completamente dependente dela".

Jogo de basquete

Essa união começaria em 1946, quando Covas, aos 16 anos, conheceu Florinda Gomes, então com 13 anos, numa quadra de basquete. Ela, acompanhando uma amiga, foi assistir a um jogo de basquete na escola em que estudava, em Santos. Covas, praticante de vários esportes -tênis, futebol, vôlei-, jogava também no time de basquete.

O namoro, conduzido nos moldes tradicionais da época -com horários rigidamente controlados pelos pais de Lila-, durou quatro anos, virou noivado, por mais quatro, e terminou em casamento, em outubro de 1954, um ano antes de Covas se formar engenheiro, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Morte da filha

Até hoje, o momento mais difícil que a família passou foi a perda da filha Sílvia, aos 19 anos, num acidente de moto, em 1º de janeiro de 1976.

Acompanhada por um amigo, José Luiz da Silva, que passara a noite de réveillon na casa da família, Sílvia foi dar um passeio e, numa curva da estrada Bertiooga-Guarujá, a moto, dirigida por ele, chocou-se com um automóvel que vinha em sentido contrário.

Com a violência do impacto, José e Sílvia foram jogados a mais de 50 metros de distância.

Ele teve morte instantânea. Ela foi levada para a Santa Casa de Santos, mas morreu antes de receber os primeiros socorros. Desde então, a família não comemorou mais a passagem de ano.

A perda foi, em parte, superada, num encontro com o médium Chico Xavier, no mesmo ano. Em evento no ginásio de esportes de Santos, a família acredita ter conseguido se comunicar com a filha, o que confortou Covas e Lila.

A experiência, no entanto, não transformou o católico Mário Covas em espírita kardecista -seguidor de Allan Kardec, o codificador do espiritismo-, mas num "espiritualista cristão", como gostava de se definir em termos religiosos.

Procurando tratar, a partir dessa experiência, o assunto com naturalidade, a família passou a crer numa existência após a vida, como os seguidores do espiritismo.

Mais de meio século de convívio entre Covas e Lila não permitiu que o afeto entre os dois diminuísse, a ponto de manterem o hábito de dar as mãos, como faziam nos tempos de namoro.

Quando a doença de Covas surgiu, Lila se manteve sempre a seu lado. Em 10 de janeiro deste ano, quando Covas, debilitado pelo câncer, discursou de modo desconexo, Lila chegou a censurá-lo.

Seu cuidado a levou também a cultivar, numa horta no palácio de verão do governo do Estado, no Horto Florestal, legumes e vegetais para evitar que o marido ingerisse agrotóxicos.

Além de Lila, Covas era muito apegado aos quatro netos e procurava passar seu tempo livre ao lado deles e da mulher, como a compensar o pouco tempo que dedicou aos filhos, envolvido com a carreira política que abraçou e os cargos que ocupou durante toda a vida pública.

Certa vez, quando questionado se a vida de político valia a pena, Covas respondeu: "A pergunta não é exatamente se vale a pena. A pergunta é: 'Você tem direito de sacrificar outras coisas?'" Política exige demais e você não é uma pessoa normal no sentido dos costumes e horários. Se não tiver por parte da família uma compreensão muito grande, complica muito. Há políticos que se isolam de sua casa, de sua família. Eu nunca fiz isso. Desde que comecei, minha casa também foi o ambiente onde tudo acontece".

CARREIRA

21.abr.1930 - Nasce, em Santos, Mário Covas Júnior, filho de Mário Covas e Arminda Carneiro Covas

1945 - Conhece Florinda Gomes, a Lila, durante uma partida de basquete, em Santos

1947 - Muda-se para São Paulo para estudar química industrial na Escola Técnica Bandeirantes. Termina o curso em 51, mesmo ano em que já cursa engenharia na USP

1954 - Casa-se com Lila Covas

1955 - Forma-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

1956 - Começa a trabalhar como engenheiro na Diretoria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Santos

1961 - Com o apoio de Jânio Quadros, disputa e perde a eleição para a prefeitura de Santos. Admirador de Quadros, Covas adota a vassoura como símbolo de sua campanha

07.out.62 - É eleito deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST).

1963 - Após dois meses após tomar posse na Câmara, é escolhido vice-líder de seu partido.

31.mar.64 - Tropas do Exército, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, depõem o presidente João Goulart.

11.abr.64 - O Congresso elege, indiretamente, o general Castello Branco para a Presidência. Como forma de protesto, Covas vota no marechal Juarez Távora, que não concorria ao cargo.

jul.64 - Torna-se líder do PST.

27.out.65 - O presidente Castello Branco publica o AI-2 e acaba com o pluripartidarismo. Covas filia-se ao MDB.

15.nov.66 - É eleito para novo mandato na Câmara dos Deputados, agora pelo MDB.

1967 - É escolhido líder do MDB na Câmara.

12.dez.68 - Lidera os deputados do MDB na sessão que nega licença ao governo federal para processar o deputado Márcio Moreira Alves (MDB), acusado de fazer um discurso ofensivo aos militares.

13.dez.68 - É decretado o Ato Institucional nº 5. Preso pelo Exército dias depois, é solto na véspera do Natal.

16.jan.69 - Covas tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Dois meses depois, é preso e passa dez dias em um quartel da Aeronáutica, em São Paulo.

1º.jan.76 - Sua filha Silvia morre em acidente de moto durante o réveillon.

1978 - Covas coordena a campanha de Fernando Henrique Cardoso ao Senado.

16.jan.79 - Covas retoma seus direitos políticos após dez anos de cassação.

20.dez.79 - O presidente Figueiredo assina a reforma partidária, que extingue Arena e MDB e restabelece o pluripartidarismo. Covas filia-se ao PMDB.

15.nov.82 - Covas é eleito pelo PMDB para seu terceiro mandato como deputado federal.

15.mar.83 - Toma posse como secretário estadual dos Transportes no governo Franco Montoro. Fica dois meses no cargo.

10.mai.83 - É nomeado prefeito de São Paulo pelo governador Franco Montoro. Deixa o cargo em 85.

15.jan.85 - Licenciado do cargo de deputado, apóia Tancredo Neves na eleição indireta do Colégio Eleitoral.

15.jul.86 - Sofre um infarto e é submetido a uma angioplastia para desobstrução da artéria coronária direita.

15.nov.86 - É eleito senador .

12.set.87 - É submetido a uma cirurgia cardíaca para a implantação de duas pontes de safena e uma mamária.

25.jun.88 - Ao lado de nomes como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Pimenta da Veiga, José Serra e José Richa, Covas ajuda a fundar o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e é escolhido seu primeiro presidente.

15.nov.89 - É derrotado no primeiro turno da eleição para a Presidência da República.

03.out.90 - É derrotado na eleição para o governo do Estado.

22.out.93 - É submetido a uma cirurgia para retirada da vesícula biliar depois de sofrer uma colecistite aguda (inflamação da vesícula).

21.mar.94 - É internado no Incor (Instituto do Coração) devido a uma erisipela na perna direita, infecção na pele causada por uma bactéria e que costuma se manifestar após cirurgias cardiovasculares.

15.nov.94 - Covas é eleito governador de São Paulo no segundo turno das eleições.

24.jul.95 - Cancela sua agenda devido a uma nova crise de erisipela na perna direita.

27.mai.96 - Demite os secretários do PFL que faziam parte de seu governo após os pefelistas decidirem apoiar Celso Pitta (PPB) nas eleições municipais. A coligação PSDB-PFL ajudou a eleger FHC e Covas nas eleições de 94.

13.set.97 - O governador anuncia que não será candidato à reeleição estadual.

27.mar.98 - Covas decide que vai disputar a reeleição ao governo de São Paulo.

22.mai.98 - Sente os primeiros sintomas da herpes-zoster (infecção causada pelo vírus da catapora), que atinge sua cabeça e testa, provocando feridas. A doença se manifesta em caso de baixa imunidade ou de estresse.

25.out.98 - Covas derrota Paulo Maluf no segundo turno das eleições e é reeleito governador do Estado.

03.dez.98 - É internado no Incor devido a uma prostatite aguda (infecção na próstata).

04.dez.98 - É submetido a uma cirurgia para a retirada de um tumor benigno na próstata. Os médicos detectam um câncer bexiga, que é retirada. Uma nova bexiga é reconstruída com partes do intestino.

10.jan.99 - Covas toma posse como governador reeleito depois de terminada sua licença médica.

20.jul.99 - O presidente Fernando Henrique sanciona lei que facilita a instalação da Ford na Bahia. A concessão de incentivos fiscais opõe Covas, contrário à medida, e o senador baiano Antonio Carlos Magalhães, que trocam críticas pelos jornais.

19.mai.2000 - O governador é agredido com uma bandeirada na cabeça, durante manifestação de professores em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

1º.jun.2000 - Ao tentar entrar na Secretaria da Educação, na praça da República (região central de São Paulo), onde professores em greve estavam acampados, Covas é atingido por pedras e paus e sofre um ferimento na testa e outro no lábio superior.

19.out.2000 - Médicos confirmam que Covas tem um tumor maligno entre a nova bexiga e o reto, mesma região atingida pelo câncer em 98.

24.out.2000 - Covas adia sua internação para a noite do dia 29, data da eleição, e confirma publicamente seu voto em Marta Suplicy (PT), no segundo turno paulistano.

21.dez.2000 - Cirurgia para a retirada do câncer entre a neobexiga e o reto indicou a existência de um novo tumor de três milímetros no intestino delgado.

15.jan.2001 Covas faz exames que confirmam a presença de células cancerosas na meninge (membrana que reveste o cérebro e a medula espinhal).

22.jan.2001 - Deixa o governo do Estado.

26.fev.2001 - O governador licenciado, que passava o Carnaval em Bertioga, é levado às pressas, de helicóptero, para o Incor .

6.mar.2001 - Às 5h30, após nove dias de internação, Covas morre no Incor.

Apesar de deixar o Estado financeiramente saudável para o sucessor, o governador de São Paulo perdeu a guerra contra a violência nas ruas, nos presídios e na Febem.

Ajuste das finanças marcou gestão em SP

SÍLVIA CORRÊA

Engenheiro de formação, Mário Covas administrou o Estado como um dedicado economista. Em uma gestão sem obras grandiosas, fez do ajuste das contas públicas a principal marca de seus pouco mais de seis anos de governo.

Perdeu a guerra contra a violência urbana e certamente não entrará para a história como "o homem do metrô" -cuja extensão aumentou em apenas 5,7 km- ou do Rodoanel, um anel viário que deverá ligar as principais rodovias do Estado em torno da capital e que virou sua menina-dos-olhos, mas que, até agora, é só um viaduto, algumas alças de retorno e um enorme canteiro de obras.

Mas o saneamento que promoveu nas finanças do Estado deve dar a seu sucessor condições de abocanhar o título de realizador.

Covas deixa para Geraldo Alckmin, seu vice nas duas eleições e potencial candidato tucano à sucessão paulista, um Estado com dívidas renegociadas, previsão de um superávit primário de R\$ 3 bilhões e um extenso cronograma de obras a entregar.

Em 1995, quando o tucano assumiu pela primeira vez o governo de São Paulo, o déficit era de 21,7% do Orçamento anual e não havia dinheiro para pagar as dívidas nem as obras iniciadas.

No total, o Estado devia R\$ 67,9 bilhões (R\$ 6,6 bilhões em contas vencidas da administração passada e R\$ 61,3 bilhões em dívidas de longo prazo), pendências com a União, títulos no mercado e débitos com os bancos estaduais.

A dívida de longo prazo foi renegociada de 1996 a 1997. Na ocasião, chegava a R\$ 89,7 bilhões. Hoje, é de R\$ 84,2 bilhões.

Sem a negociação, segundo uma projeção da Secretaria da Fazenda, ela teria chegado a R\$ 132,3 bilhões em 2000. Com ela, no ano passado, pela primeira vez desde o acordo, o governo pôde gastar mais com a saúde (R\$ 3,4 bilhões) do que com o serviço da dívida de longo prazo (R\$ 2,4 bilhões).

No tocante aos débitos de curto prazo, o déficit orçamentário de 21,7% (R\$ 6,6 bilhões) em 1995 caiu a 2,9% (R\$ 1 bilhão) em 1996.

Nos anos seguintes, o governo passou a gastar apenas o que arrecadava. Em 2000, sem incluir o serviço da dívida de longo prazo, as receitas superaram as despesas.

Do déficit ao superávit, o caminho foi longo. Fez-se à custa do que os tucanos chamaram de "economia de guerra": renegociação da dívida, financiada por um pacote de privatizações que rendeu R\$ 23,4 bilhões, integralmente destinados a pagar débitos e a sanear empresas públicas; revisão de quase 5.000 contratos; extinção de dezenas de órgãos; parcelamento dos salários; demissão de funcionários -mais de 30 mil só no primeiro ano de governo; suspensão dos investimentos; paralisação de cerca de 300 obras e cortes de manutenção da máquina.

As medidas de saneamento, que bloqueavam os investimentos, somadas aos crescentes índices de criminalidade, custaram a Mário Covas a própria popularidade.

"Ou você coloca a casa em ordem ou não governa. E isso inclui frustrar as expectativas de quem o elegeu", disse, em julho de 1997.

Covas sentiu a frustração nas ruas, em embates com servidores que, em geral, pediam aumento de salários ou criticavam suas medidas administrativas.

Os confrontos se intensificaram após a primeira cirurgia para a retirada de um tumor, em 1998. A doença, disse Covas já às vésperas da segunda operação, ensinou-

lhe que, mais do que nunca, deveria dizer tudo o que pensava.

A resposta ao jeito enfrentador veio, não raro, na forma de paus, pedras, ovos e laranjas. Em junho de 2000, o embate rendeu-lhe ferimentos na testa e no lábio em plena praça da República, durante confronto com professores em greve, que tentaram impedi-lo de entrar na Secretaria da Educação.

Os servidores da educação foram, nas ruas, os maiores opositores de Covas, mas foi a segurança pública a área que se transformou no seu calcanhar-de-aquiles

Quando se candidatou à reeleição, Covas prometeu reduzir à metade os índices de criminalidade. Apostava, para isso, na integração das polícias e no policiamento comunitário.

No governo, criou a ouvidoria para fiscalizar a ação policial e investiu em equipamentos. Não adiantou. Covas deixou um policiamento comunitário embrionário, uma relutante integração operacional entre as corporações e altos índices de criminalidade.

Os assassinatos na capital, por exemplo, passaram de 4.814 em 1998 para 5.418 em 1999 -por 10 mil habitantes, pularam de 4,86 para 5,45. Outros índices tiveram crescimento semelhante.

Na esteira do aumento da criminalidade, outra promessa de campanha foi prejudicada: a de zerar o déficit de vagas no sistema penitenciário. Apesar da construção de 31 cadeias, passando de 24.620 para 49.052 o número de vagas no sistema, o déficit pulou de 6.270 para 11.203 -situação que culminou com a maior rebelião da história do sistema prisional do país, registrada em fevereiro.

A situação se repetiu na Febem, cujas constantes rebeliões, superlotação e denúncias de tortura marcaram negativamente o governo, que chegou a ser acusado pela Anistia Internacional de "tolerância semi-oficial" com as recorrentes violações.

Herdeiro político do governador, tucano tem carreira construída na busca de consenso e na ausência de conflitos, tanto com aliados quanto com adversários

De estilo oposto a Covas, Alckmin assume Estado

Os tucanos costumam definir o estilo silencioso e conciliador de Geraldo Alckmin, o novo governador paulista, com uma ironia: "Se o PSDB é o partido do muro, Alckmin é o próprio muro".

Maior herdeiro e, ao mesmo tempo, uma espécie de antítese política do governador Mário Covas, Geraldo Alckmin, 48, nunca entra em bola dividida.

Ninguém nunca o viu -e provavelmente ninguém irá vê-lo- discutindo num palanque com a camisa manchada de ovo ou enfrentando manifestantes na frente de algum órgão público.

Sua trajetória na política, desde que iniciou a carreira aos 19 anos, em 1972, quando foi eleito vereador em Pindamonhangaba (145 km da capital paulista), é a de quem sempre evitou qualquer tipo de polêmica e prefere omitir-se a ficar mal com algum dos lados.

Vereador, prefeito de Pindamonhangaba, deputado estadual e federal, Alckmin tornou-se vice de Covas - apesar de a cúpula do PSDB preferir à época Walter Barelli - justamente porque não incomodava ninguém e tinha bom relacionamento com todos os diretórios e alas do partido.

No governo, Alckmin conquistou a confiança de Covas pela discrição e pela lealdade. Jamais tentou atropelar sua liderança.

Nas inaugurações que presidiu como governador interino, sempre fez questão de atribuir a realização das obras a Covas, mencionando-o todas as vezes em que discursava.

Sua personalidade discreta, no entanto, rendeu-lhe um apelido, um tanto quanto maldoso, no próprio ninho tucano. Colegas dizem nos bastidores que ele é o "político-água". Explicação: insípido, inodoro e incolor.

A eleição de 1994 é um bom exemplo do estilo Alckmin de fazer política. Pré-candidato ao governo paulista, Mário Covas pediu a alguns deputados que recolhessem no PSDB uma lista de apoio a seu nome.

Alckmin sabia que o hoje ministro da Saúde, José Serra, também pretendia disputar o governo. Pressionado pelos dois lados, conseguiu sair pela tangente.

Não assinou a lista, alegando que, como presidente do PSDB paulista, não poderia apoiar nenhum dos dois pré-candidatos.

A última eleição, quando Alckmin disputou a Prefeitura de São Paulo, é outro exemplo. Num debate da TV Bandeirantes, Fernando Collor chamou o presidente Fernando Henrique de "banana".

Alckmin nem se mexeu na cadeira. Pelas regras do programa, o candidato poderia ter pedido direito de resposta para rebater as ofensas ao presidente tucano, mas optou pelo silêncio.

Bom moço

Médico com pós-graduação em anestesiologia, casado com Maria Lúcia, pai de três filhos (Sofia, Geraldo e Thomas), Alckmin cultiva a fama de "bom moço". E foi à custa dessa imagem que se projetou na política paulista.

Não fala alto, está sempre com a gravata alinhada e o colarinho branco, gosta de contar "causos" e é um ouvinte atento, capaz de passar horas escutando prefeitos e vereadores do interior com um sorriso discreto e ar acolhedor.

Administrador cuidadoso, costuma ouvir muito seus auxiliares e refletir bastante antes de tomar qualquer decisão. Na campanha para prefeito, fazia longas reuniões noturnas com arquitetos e técnicos em trans-

porte para se aprofundar sobre os problemas urbanísticos de São Paulo.

Em 99, quando o PSDB decidia quem disputaria a prefeitura, surgiu com uma especial recomendação de Covas, que o classificava como "um bom nome".

Alckmin conduziu a campanha dizendo-se capaz de sanear as contas da cidade e defendeu a necessidade de uma prefeitura "alinhada" com o Estado.

Desconhecido pela maior parte do eleitorado paulista, foi apresentado na campanha como uma novidade no cenário político, um político com "a cabeça no lugar".

Alckmin é adepto da acupuntura. Acredita que a técnica o ajude a manter seu autocontrole. Na eleição, atacado por Paulo Maluf, recorreu por várias vezes às sessões para não perder a calma.

Homem simples, que costuma ir do prédio onde mora, no Morumbi, ao Palácio dos Bandeirantes caminhando, Alckmin vive sem ostentação num apartamento de três quartos, cujas prestações não terminou de pagar.

Sai cedo de casa, antes das 7h, e raramente retorna do Bandeirantes antes do anoitecer. Meticuloso e organizado, passa audiências anotando tudo num caderno, para não se esquecer de nenhuma reivindicação ou sugestão.

Diante de problemas, o novo governador de São Paulo costuma citar Juscelino Kubitschek: "O otimista pode até errar, mas o pessimista já começa errando".

No último dia 22 de janeiro, com a piora de Covas, Alckmin reassumiu interinamente o governo. Desde então, aumentou a discussão sobre a possibilidade ou não de o tucano poder concorrer à reeleição em 2002.

Fiel ao seu estilo, Alckmin desconversa sempre que é questionado sobre o assunto. Mas já andou fazendo algumas consultas jurídicas para saber se, do ponto de vista legal, pode disputar o cargo.

Habitação teve marca histórica e denúncias

Da reportagem local

"Aqui em São Paulo, privatiza-se tudo para pagar dívidas das administrações passadas, débitos do Maluf", disse Mário Covas, em abril de 1998, ao ser criticado por não utilizar o dinheiro das privatizações em investimentos sociais.

O reflexo do ajuste apareceu no dia-a-dia. Os prometidos 87 km de metrô não existem, as enchentes continuam, os rios seguem poluídos e a segunda pista da Imigrantes segue em obras.

Em contrapartida, foi Covas que investiu R\$ 4,1 bilhões na rede de abastecimento e, em 1998, acabou com o rodízio de água.

Na saúde, criou em 1996 o Qualis -programa de médicos de família que atende hoje 704 mil pessoas.

Na habitação, bateu recordes. Quando assumiu, a CDHU -criada em 1967- havia construído 166 mil moradias em toda a sua história. De lá para cá, 134.775 casas

populares foram entregues. Ou seja: Covas fez em seis anos 82% do que havia sido feito em 28 anos.

Orgulho do governo, a CDHU foi também o palco de um de seus maiores escândalos, que levou ao afastamento de Goro Hama -um dos mais fiéis colaboradores do governador.

Em janeiro de 2000, depois que a companhia teve mais de 130 contratos reprovados pelo Tribunal de Contas, o próprio Covas anunciou a demissão de Hama, presidente da CDHU, e de toda a cúpula do órgão. (SC)

Ascensão de tucanos mais jovens, como Aécio, presidente da Câmara, no plano nacional, e Alckmin, governador, teve aval de Covas

Morte de líder abre nova fase no PSDB

Eliane Cantanhêde

Diretora Da Sucursal De Brasília

Mário Covas era o principal líder do PSDB, e sua morte abre uma nova fase no partido, em âmbitos estadual e nacional, com a ascensão de estrelas mais jovens, como Geraldo Alckmin, que o substitui no governo de São Paulo, e o deputado Aécio Neves, recém-eleito presidente da Câmara.

Dos sete fundadores do PSDB em 1988, Fernando Henrique Cardoso dirigiu prioridades e energias para o governo, Covas e Franco Montoro estão mortos e os paranaenses José Richa e Euclides Scalco abandonaram o partido e a política. Sobram na ativa os ministros José Serra (Saúde) e Pimenta da Veiga (Comunicações).

Outro líder nacional tucano é o governador Tasso Jereissati, do Ceará, que recebeu apoio público de Covas na disputa com Serra para se lançar candidato à Presidência da República em 2002.

De todos, Covas sempre foi considerado o líder mais forte, respeitado e representativo do PSDB, inclusive Äou principalmenteÄpela geração de Alckmin e Aécio.

"O Covas é e vai continuar sendo nossa principal referência política", diz o mineiro Aécio Neves, ao classificar o apoio do governador como "decisivo" para sua eleição como presidente da Câmara. "Sou eternamente grato a ele", diz o tucano mineiro.

O baiano Jutahy Magalhães Júnior, eleito líder tucano na Câmara no rastro do lançamento, do crescimento e da consolidação da candidatura de Aécio, diz: "O Covas era um paizão para nós".

Alckmin, Aécio e Jutahy têm entre 40 e 50 anos e, ao lado do líder no Senado, Sérgio Machado, dissidente do grupo de Tasso no Ceará, são a nova geração de líderes do PSDB. Estão dispostos a garantir a sobrevivência do partido para além do governo FHC, resgatando alguns valores perdidos ao longo do exercício do poder.

Além de fundador, líder mais importante e primeiro candidato a presidente da República pelo PSDB (em 1989), Mário Covas é também a principal referência

e foi o arauto do que a nova geração de tucanos espera para o partido: uma espécie de volta às origens.

O PSDB foi criado em 1988, no embalo da Constituinte daquele ano e como reação ao domínio crescente de Orestes Quércia no PMDB, em substituição ao deputado Ulysses Guimarães.

As principais bandeiras do novo partido eram o parlamentarismo, a justiça social e a ética na política, que os jovens tucanos identificam principalmente com Covas e com sua atuação pública.

Ao ser reeleito governador, em 1998, Covas defendeu uma guinada à esquerda. Ou seja, o distanciamento do PFL e do atual PMDB e uma aproximação com o PT e o PSB, por exemplo.

Nas eleições municipais, levou todo o partido a apoiar a petista Marta Suplicy no segundo turno para a Prefeitura de São Paulo contra Paulo Maluf, do PPB.

Esse movimento à esquerda deu gás para os tucanos mais jovens, virou o centro das discussões estratégicas do partido e acabou gerando a candidatura de Aécio Neves para a presidência da Câmara. Covas se tornou, assim, o padrinho da nova era do PSDB.

No plano estadual, o herdeiro de Covas é Geraldo Alckmin. Se conseguir o salvo-conduto da Justiça e puder candidatar-se ao governo de São Paulo em 2002, após assumir pouco menos da metade do mandato de Covas, terá pela frente condições francamente favoráveis a uma ascendente e duradoura carreira política.

Superada por Covas a etapa mais difícil no governo do Estado, Alckmin chega para colher os louros, com estabilidade, inaugurações e boas notícias.

Além disso, Covas foi peça fundamental na campanha municipal do ano passado, em que Alckmin começou com 2% das pesquisas e por pouco não foi para o segundo turno. Também deixou tudo preparado para a campanha ao governo, legando ao sucessor dezenas de fotos e fitas ao lado dele e recheadas de elogios.

No plano nacional, o cenário pós-Covas ainda é incerto. O apoio público do governador a Tasso Jereissati o incluiu definitivamente entre os favoritos de 2002, mas o paulista José Serra continua forte no páreo.

Na avaliação de tucanos de diferentes Estados, é muito difícil para o PSDB abdicar de uma candidatura de São Paulo por dois motivos principais: o Estado é o número um da Federação, e a sigla tem origem nitidamente paulista.

Os tucanos do Estado que queiram concorrer à Câmara e ao Senado tendem a preferir um conterrâneo como Serra concorrendo à Presidência e puxando votos para eles ao lado de Alckmin, candidato ao governo. Juntos, seriam poderosos carros-chefes para suas candidaturas.

Já com o cearense Tasso concorrendo e sem a força eleitoral de Covas, o panorama pode não ser tão tranquilo. Os candidatos tendem a se sentir "órfãos" de Covas num Estado fortemente polarizado em três correntes: o PT, Maluf e, até agora, Covas.

O grande desafio deles vai ser canalizar a força de Covas para o partido. Sem um candidato próprio do Estado, é mais difícil.

Outro elo dessa corrente é FHC, que, depois das eleições do Congresso e do rompimento com o senador Antonio Carlos Magalhães, tem como prioridade reequilibrar o peso do PSDB, do PMDB e do PFL no seu governo.

FHC irá entrar firme na discussão sucessória, mas só a partir do fim deste ano, início do próximo. Até lá, tenta ficar neutro, mas há indícios de preferência por Serra.

Desde a Constituinte de 1988 e da criação do PSDB, FHC e Serra fazem uma "dobradinha intelectual", contra Covas, político de carreira e considerado mais estatizante, por exemplo.

O peso das bancadas do Senado e da Câmara cresce sensivelmente a partir de agora, com a eleição de Aécio, o fortalecimento do PSDB e o efeito cascata da renovação dos quadros tucanos no Congresso. Mesmo depois de morto, Covas continua sendo a bússola.

"Quando ninguém acreditava nem FHC, nem Serra, nem Tasso, o primeiro a me estimular e me empurrar para a frente foi Covas, o nosso grande líder", relata Aécio. Quando decidiu se lançar, ele pegou um avião e foi para o Palácio dos Bandeirantes. Covas ouviu e se animou.

Foi assim que se tornou o mais poderoso padrinho da candidatura de Aécio, um dos fatos políticos mais importantes dos últimos anos para o PSDB, que fora excluído das presidências da Câmara e do Senado desde o primeiro mandato de FHC por um rodízio do PMDB e do PFL.

Mesmo doente, Covas participou do lançamento da candidatura em Brasília: "Vou trabalhar pelo Aécio, pelo meu partido". Vez ou outra, aproveitava entrevistas nas viagens pelo interior para repetir: "A única coisa que presta é deixarmos o PFL ganhar, é isso?".

A presença, o aval e a frase de Covas tiveram um significado ainda mais especial porque, na véspera do lançamento do nome de Aécio, FHC, Pimenta da Veiga, Serra e o ministro Aloysio Nunes Ferreira, também tucano, haviam combinado "zerar o jogo".

Em resumo, acertaram que, na hora "H", pediriam a renúncia de Aécio, ofereceriam a ele uma compensação no governo e garantiriam a vitória de Inocêncio. Mas Covas consolidou o nome de Aécio e inviabilizou o acerto. Essa atuação foi como uma espécie de fecho de ouro de sua atuação e influência sobre aos jovens líderes que estão assumindo gradualmente o PSDB e querem que o partido "recupere o amor próprio e se reencontre com sua própria história", como disse um deles.

Além de Alckmin, Aécio, Jutahy e Sérgio Machado, um grupo maior de deputados faz parte dessa rebelião tácita inspirada sobretudo em Covas: Márcio Fortes, Nárcio Rodrigues, João Almeida, Arthur Virgílio Neto, Arnaldo Madeira, entre outros.

Eles têm sido unânimes em apontar Covas como a grande referência, mas nem por isso embarcaram no seu apoio a Tasso contra Serra na disputa presidencial. Por enquanto, preferem não optar por um dos candidatos.

Encampam, entretanto, outra tese de Covas: a de prévias para que a escolha do candidato de 2002 seja feita pelo maior número possível de correligionários, não apenas por uma convenção.

O "novo PSDB" tenta orientar-se pelas posições de Covas, sabe que depende muito de FHC e quer tornar-se alvo das atenções de Serra e de Tasso. Mas com um cuidado: evitar crises e dissidências internas que possam enfraquecer o partido para 2002.

TSE deve permitir candidatura de tucano

da Sucursal de Brasília
da Reportagem local

O novo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, deverá ser autorizado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a ser candidato à reeleição em 2002.

Alckmin foi eleito vice-governador de São Paulo em 1994 e reeleito em 1998. Ele substituiu Mário Covas no primeiro governo e o sucedeu no segundo.

A emenda constitucional da reeleição diz: "O presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente" (artigo 14, parágrafo 5º).

Para os advogados Ives Gandra Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie, e Celso Bastos, professor de direito constitucional da PUC-SP, Alckmin já estaria inelegível por ter substituído Covas nos dois governos.

"O fato de Alckmin assumir agora não altera nada. Ele já era inelegível antes, pois substituiu o governador nos dois mandatos", afirmou Bastos.

O TSE já firmou posição contrária à que defendem os advogados. Dos 11 ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), pelo menos 4 julgam que Alckmin poderá concorrer à reeleição em 2002. O STF dará a palavra final.

A decisão do STF não será consensual. O ministro Nelson Jobim já se manifestou contrariamente à candidatura de Alckmin, ao julgar o prefeito de Tabatinga (AM) no TSE. A posição dos outros seis ministros é desconhecida.

Os ministros do STF Néri da Silveira e Maurício Corrêa já se manifestaram favoravelmente à candidatura em 2002 do vice reeleito em 1998. Eles atuam no TSE e votaram assim em casos de vice-prefeitos que concorreram em 2000.

Outros dois ministros disseram à Folha, reservadamente, que fazem parte dessa corrente.

Eles entendem que a emenda da reeleição não possa ser interpretada em seu sentido literal e que o Con-

gresso, ao aprová-la, não tenha desejado impedir os vices de disputar os cargos dos titulares depois de dois mandatos. Para essa corrente, podem concorrer em 2002, mas não podem tentar a reeleição em 2006.

Para Nelson Jobim, que tem o entendimento oposto, a Constituição é clara quanto ao impedimento dos atuais vices no ano que vem e precisaria ser modificada até outubro, 12 meses antes das eleições, para a disputa em 2002.

A Folha apurou que os ministros do STF preferem que o Congresso esclareça a questão, com uma nova emenda constitucional.

Eles temem o desgaste de ter de decidir o futuro dos candidatos, especialmente se tiverem de julgar casos que mudem o resultado da eleição após apurados os votos.

Jobim fez um alerta indireto ao Congresso, em novembro de 2000, por meio do julgamento de um caso do Amazonas.

Tratava-se de um prefeito que tinha exercido um mandato-tampão por ser o presidente da Câmara Municipal, em seguida foi eleito e, por fim, reeleito em 2000.

O ministro concordou com o argumento dos adversários sobre a existência do terceiro mandato, mas estendeu a interpretação para os vice-prefeitos, os vice-governadores e o vice-presidente.

Ele quer sensibilizar o Congresso para a discussão. Mas a expectativa é que a emenda dificilmente obtenha apoio da maioria, devido à oposição de parlamentares que venham a disputar a eleição.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento do artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 001/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903600	000	100.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33909200	000	100.000.00

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.02.2001

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Hermas Brandão

1º Secretário

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, reuniram-se na Biblioteca Deputado Vidal Vanhoni às 13:00 horas em caráter extraordinário a Comissão de Obras para tratar de projetos pertinentes a esta Comissão incluso, na Ordem do Dia na mesma data. Contou-se com a presença dos senhores deputados: Edson Strapasson, presidente, deputado Duflío Genari, deputado Edson Praczyk, deputado Hermes Fonseca, havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se a Pauta da Reunião; 01) Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Relator: deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 379/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Relator: deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 341/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson. Relator: deputado Duflío Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Relator: deputado Hermas Fonseca. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator: deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator: deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

SANDRA ZAMPIER - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Plauto Miró e mais os deputados Marcos Isfer, Geraldo Cartário, Edson Strapasson e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 900/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa na forma do Substitutivo Geral anexo - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 3941/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 423/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 035/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 421/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 031/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Concedido vistas aos deputados Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 417/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 033/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 395/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 397/2000, de autoria do deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 419/2000, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 372/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 409/2000, de autoria do deputado Ademar Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 410/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 407/2000, de autoria do deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 278/2000, de autoria do deputado Beto Richa. O deputado relator Hermes Fonseca requer diligência junto à Secretaria de Educação

- DEFERIDO; 17) Projeto de Lei nº 382/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; 18) Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari às emendas do Plenário, na forma da sub-emenda anexa - 19) Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Assinaturas ilegíveis

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Durval Amaral e mais os deputados Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 393/2000, de autoria do Tribunal de Justiça. Concedido vistas ao deputado Durval Amaral. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria a todos os membros desta Comissão; 02) Projeto de Lei nº 431/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 036/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado - do Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 030/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral às emendas de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 423/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 035/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO, com voto contrário dos deputados Orlando Pessuti e Waldyr Pugliesi; 06) Projeto de Lei nº 281/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa, lido pelo deputado Durval Amaral - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado deputado Geraldo Cartário. Concedido do dep-

utado Algaci Tulio; 08) Projeto de Lei nº 424/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 415/2000 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 420/2000 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 128/2000 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio. 12) Projeto de Lei nº 432/2000 de autoria do deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 274/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 433/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Anbretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
14ª ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Durval Amaral, Nereu Moura e mais os deputados Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 426/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 09/99 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 436/2000 de autoria do Poder Executivo - Mensagem 037/2000. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e um, na Sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Edson Strapasson e Antonio Carlos Belinati para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Edson Strapasson agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH, CHICO NOROESTE, SÉRGIO SPADA, DUÍLIO GENARI, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ANTONIO CARLOS BELINATI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, ~~presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva.~~ Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Cezar Silvestri e Hermes Fonseca para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Cezar Silvestri agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH, NEREU MOURA, RIBAS CARLI, SÉRGIO SPADA, HERMES FONSECA,

DURVAL AMARAL, GERALDO CARTÁRIO,
CEZAR SILVESTRI

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Nereu Moura e Plauto Miró Guimarães para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Nereu Moura agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH, LUIZ FERNANDO LITRO, RIBAS CARLI, NEREU MOURA, LUIZ ACCORSI, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO CARLOS BELINATI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2001

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Tony Garcia.

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zuchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral,

Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO PREPARATÓRIA.

Com o fim precípua de que seja precedida a eleição do corregedor e de dois corregedores substitutos deste Poder, para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 14ª Legislatura, conforme o disposto nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 011/2000.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da presente sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem indicam o senhor deputado Caíto Quintana para exercer a função de corregedor da Assembléia Legislativa do Paraná e os senhores deputados Eli Ghellere e Nelson Tureck nas funções de corregedores substitutos, conforme determina o Artigo 26 (vinte e seis) da Resolução nº 009/2000.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANIBELLI, NEREU MOURA, ELI GHELLERE, MOYSÉS LEÔNIDAS, BERALDIN, EDSON STRAPASSON.

INDICAÇÕES

Senhor Presidente.

De acordo com a resolução 09/2000 - artigo 26, informamos Vossa Excelência que o PSB - Partido Socialista Brasileiro indica o deputado estadual Moysés

Leônidas para corregedor desta Casa e o deputado estadual Ricardo Maia para corregedor substitutivo.

Para maiores informações, colocamo-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 07.03.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

com a presença de 54 senhores deputados.

Há sobre a mesa, expediente, subscrito pelos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, José Maria Ferreira e demais senhores deputados, constante do expediente, indicando o nome dos senhores deputados para corregedor e corretores substitutos para este Poder. **Deferida a indicação.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo senhor deputado Moysés Leônidas, na qualidade de Líder do PSB, constante do expediente, indicando seu nome para corregedor e de outro senhor deputado para corregedor substituto - **Retirado pelo autor.**

Resolução 009/2000, artigo 26. A chapa está incompleta.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Quando recebemos a informação dada por Vossa Excelência aqui, da Mesa Executiva, a compreensão era de que devêssemos indicar o número de 3 deputados do mesmo partido, foi aí que a chapa foi apresentada com o nome dos dois membros do meu partido, que só somos em dois, então, eu quero primeiro cumprimentar Vossa Excelência pela eleição de um corregedor nesta Casa. Acho que além de ser deputado, na condição de que todos têm a possibilidade de concorrer, mas que é importante que em especial quando se inicia esta primeira fase de corregedor na Assembléia, que seja de um companheiro se possível com conhecimento jurídico, que é o caso do deputado Caíto Quintana que tem inclusive já uma vasta experiência nessa Casa, para que possamos enfim termos realmente aqui uma corregedoria a altura que possa representar não só do ponto de vista parlamentar, mas também do ponto de vista jurídico, então, quero até para não se cometer injustiça com uma outra chapa, que o ideal seja de consenso, por isso retiramos a nossa chapa Vossa Excelência teria condição de informar por quanto tempo é a corregedoria, por um ou dois anos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dois anos, o nosso regimento estabelece.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Acho que aí então ficaria bem contemplada com a posição do deputado Caíto. Até troquei idéia com ele, de que a Casa saí ganhando tendo além de um parlamentar

experiente, alguém que tenha conhecimento jurídico como é o caso dele.

Então, quero retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaramos a retirada do requerimento do deputado Moysés Leônidas.

(**Lê**):

Comunico ao Plenário conforme dispõem os Artigos 5º, 6º, 7º e 8º do Regimento Interno, alterados pela Resolução nº 011/2000, na presente sessão deverá ser eleito o corregedor e dois corretores substitutos deste Poder, sendo que o processo de votação será por escrutínio secreto, considerando-se eleita composição que obtiver a maioria absoluta de votos.

Esclareço, ainda, que se nenhuma das composições obtiverem a maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a um segundo escrutínio no qual somente concorrerão as duas composições de candidatos ao cargo de corregedor e os dois corretores substitutos, mais votadas, quando no primeiro não se alcançar a maioria absoluta, sendo proclamada eleita a que obtiver a maioria simples de votos, porém, exigida a presença da maioria absoluta dos deputados.

Em caso de empate a eleição da composição de candidatos a qual pertencer o candidato ao cargo de corregedor e os substitutos mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas.

Para o ato de votação, os senhores deputados após serem chamados deverão dirigir-se à Mesa, onde receberão sobrecartas do senhor 1º secretário, devendo em seguida dirigir-se à cabine indevassável, localizada à direita da mesa, onde em seu interior deverão fazer sua opção de voto, utilizando para tanto as cédulas ali encontradas, as quais deverão ser impressas ou datilografadas contendo cada uma o nome do votado e o cargo a que concorre.

Após ter feito a sua opção de voto, o deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa, a vista do Plenário.

Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda a chamada Nominal para a votação.

(**É feita a chamada nominal dos senhores deputados**)

Responderam a chamada, quarenta e um senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Nereu Moura, ao deputado Cartário e ao deputado Edno Guimarães para comporem a Junta apuradora de votos.

(**É feita a contagem dos votos**)

Esta presidência tem a honra de proclamar o resultado.

A chapa encabeçada pelo deputado Caíto Quintana - para Corregedor; Eli Ghellere - Subcorregedor e Nelson Tureck - Subcorregedor teve 40 votos. Um voto em branco.

Em decorrência do resultado anunciado proclamamos eleita, a Oposição encabeçada pelo deputado

Caíto Quintana e Subcorregedores Eli Ghellere e Nelson Tureck.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.